

**ESCOLA DE COMANDO E ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO
ESCOLA MARECHAL CASTELLO BRANCO**

Maj Inf CARLOS AUGUSTO DA **SILVA NÉTO**

**AS OPERAÇÕES DE INFORMAÇÃO NAS
OPERAÇÕES DE GARANTIA DA LEI E DA ORDEM
POTIGUAR 1 E POTIGUAR 2**



Rio de Janeiro

2018

Maj Inf CARLOS AUGUSTO DA **SILVA NÉTO**

As Operações de Informação nas Operações de Garantia da Lei e da Ordem Potiguar 1 e Potiguar 2

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Ciências Militares.

Orientador: TC Cav Marco Antonio de Lima

Rio de Janeiro
2018

S586o Silva Néto, Carlos Augusto da.

As Operações de Informação nas Operações de Garantia da Lei e da Ordem Potiguar 1 Potiguar 2. / Silva Néto, Carlos Augusto da. 2018.

73 f. : il ; 30cm.

Orientação: Marco Antonio de Lima

Trabalho de Conclusão de Curso - Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2018.

Bibliografia: f. 67-68.

1. Operações de Informação. 2. Operação de GLO. 3. Operação Potiguar 1 e Potiguar 2.

Maj Inf CARLOS AUGUSTO DA **SILVA NÉTO**

As Operações de Informação nas Operações de Garantia da Lei e da Ordem Potiguar 1 e Potiguar 2

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Ciências Militares.

Aprovado em ____ de novembro de 2018.

COMISSÃO AVALIADORA

Marco Antonio de Lima – TC Cav – Presidente
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército

Alan Martins Gomes – TC Art – Membro
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército

Luiz Claudio Ferreira Araújo – TC Cav – Membro
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército

À minha FAMÍLIA, pelo incondicional
apoio e compreensão em todos os
momentos de minha VIDA.

AGRADECIMENTOS

Ao Senhor de todos os Exércitos, DEUS, pelo dom da VIDA e pelos momentos de ALEGRIA e de SUCESSO já alcançados.

Aos meus queridos pais, João Carlos da Silva Néto e Sílvia Maria Menezes da Silva Néto, pela educação que me proporcionaram, pelos valores, pelos ensinamentos, pelo incentivo e apoio incondicional em todos os momentos de minha vida.

À minha amada esposa Isabela, pelas inúmeras demonstrações de amor à minha pessoa, pela compreensão e companheirismo nas ocasiões em que este trabalho foi priorizado, em detrimento das nossas horas juntos.

Aos meus filhos Ana Júlia e Miguel Augusto, por serem compreensivos e verdadeiros amigos em todos os momentos, sendo fundamentais no sucesso da conclusão deste trabalho.

Aos meus irmãos e demais familiares, pelos exemplos positivos de união que sempre existiu entre nós, sendo fundamentais para a realização desta pesquisa.

Ao Exército Brasileiro, por mais uma oportunidade que me proporcionou de realizar um trabalho de conclusão de curso, contribuindo assim com o aperfeiçoamento do meu conhecimento profissional.

Aos oficiais que responderam ao questionário, por terem compartilhado suas experiências e conhecimentos, contribuindo com valiosas ideias sobre o tema, o que me permitiu atingir os objetivos propostos e enriquecer este trabalho.

Ao meu Orientador, TC Cav Marco Antonio de Lima , meus agradecimentos pelas orientações e pelo apoio na realização deste trabalho, que me proporcionaram as condições necessárias para sua conclusão.

“O modo como você reúne, administra e usa a informação determinará se vencerá ou perderá”.

(Bill Gates)

RESUMO

O ambiente operacional contemporâneo tornou-se mais complexo, uma vez que as operações militares têm sido desenvolvidas, cada vez mais, em áreas humanizadas ou no seu entorno. A presença da população e de uma miríade de outros atores dificultam a identificação dos contendores e aumenta a possibilidade de danos colaterais decorrentes das ações militares. No ambiente operacional contemporâneo é fundamental reconhecer a influência da informação sobre o comportamento do conjunto de atores que participam da dinâmica dos conflitos: a mídia, os civis não combatentes, os grupos e organizações presentes em áreas conflagradas, o público de massa e os dirigentes e líderes em todos os níveis.

No contexto da Dimensão Informacional do ambiente operacional, as Operações de Informação (Op Info) consistem na atuação integrada de capacidades relacionadas à informação, em conjunto com outros vetores, para informar e influenciar grupos e indivíduos, bem como afetar o ciclo decisório de oponentes, ao mesmo tempo protegendo o nosso. Além disso, visam a evitar, impedir ou neutralizar os efeitos das ações adversárias na Dimensão Informacional.

Com o incremento do emprego do EB em Operações de Garantia da Lei e da Ordem (Op GLO) nos últimos anos e em face da influência da informação no ambiente operacional contemporâneo, faz-se necessário o estudo da aplicação prática das Op Info no contexto das Op GLO.

Nos anos de 2016 e 2017, em virtude da crise no Sistema de Segurança Pública no estado do Rio Grande do Norte (RN), ocorreram as Op GLO Potiguar 1 e Potiguar 2, na Região Metropolitana de Natal, respectivamente, que contaram com a participação do Exército Brasileiro, da Marinha do Brasil, da Força Aérea, de Órgãos de Segurança Pública do Estado do Rio Grande do Norte, dentre outros.

Neste contexto, a presente pesquisa se propõe a verificar como as capacidades relacionadas às informações foram utilizadas nas citadas Op GLO e de que forma contribuíram para o resultado final.

Palavras-chave: Operações de Informação, Operação de GLO; Operação Potiguar 1 e Potiguar 2.

ABSTRACT

The contemporary operating environment has become more complex, as military operations have increasingly been developed in or around humanized areas. The presence of the population and a myriad of other actors makes it difficult to identify the contenders and increases the possibility of collateral damage resulting from military actions. In the contemporary operational environment, it is fundamental to recognize the influence of information on the behavior of the set of actors that participate in the dynamics of conflicts: the media, noncombatant civilians, groups and organizations present in conflagrated areas, the mass public and the leaders and leaders at all levels.

In the context of the Information Dimension of the operational environment, Information Operations consists of the integrated actualization of information-related capacities, in conjunction with other vectors, to inform and influence groups and individuals, as well as affect opponents decision- at the same time protecting ours. In addition, they aim to prevent, prevent or neutralize the effects of adversarial actions in the Information Dimension. With the increase in Brazilian Army employment in Law and Order Ensurance Operations in recent years and due to the influence of information on the contemporary operating environment, it is necessary to study the practical application of Information Operations in the context of in Law and Order Ensurance Operations.

In the years 2016 and 2017, due to the crisis in the Public Security System in the state of Rio Grande do Norte, Law and Order Ensurance Operation Potiguar 1 and Potiguar 2 occurred in the Metropolitan Region of Natal, respectively, with participation the Brazilian Army, the Brazilian Navy, the Air Force, Public Security Organs of the State of Rio Grande do Norte, among others.

In this context, the present research proposes to verify how the capacities related to the information were used in the aforementioned Operations and how they contributed to the final result.

Keywords: Information Operations, Law and Order Ensurance Operation, Potiguar 1 and Potiguar 2 Operation.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

A Op	Área de Operações
AI	Agência de Inteligência
APOP	Agentes Perturbadores da Ordem Pública
BAvEx	Batalhão de Aviação do Exército
BOAI	Batalhão de Operações de Apoio a Informação
Bda Inf Mtz	Brigada de Infantaria Motorizada
CRI	Capacidades relacionadas à informação
CCOMSEX	Centro de Comunicação Social do Exército
CCOp	Centro de Coordenação de Operações
CIE	Centro de Inteligência do Exército
CIOSP	Centro Integrado de Operações de Segurança Pública
Cmt	Comandante
Cmdo Op	Comando da Operação
Cmt OM	Comandante de Organização Militar
COTER	Comando de Operações Terrestres
CPI	Comando de Policiamento do Interior
CPM	Comando de Policiamento Metropolitano
C2	Comando e Controle
CMNE	Comando Militar do Nordeste
Com Soc	Comunicação Social
CF/88	Constituição Federal de 1988
Dst Com	Destacamento de Comunicações
Dst Log	Destacamento logístico
DMT	Doutrina Militar Terrestre
ECEME	Escola de Comando e Estado-Maior do Exército
EFD	Estado Final Desejado
EB	Exército Brasileiro
FA	Forças Armadas
FT	Força-Tarefa

F Ter	Força Terrestre
Info Pub	Informações Públicas
Intlg	Inteligência
GE	Guerra Eletrônica
GLO	Garantia da Lei e da Ordem
MD	Ministério da Defesa
OCCA	Operações de Cooperação e Coordenação com Agências
Op Info	Operações de Informação
Op GLO	Operações de Garantia da Lei e da Ordem
Op Psc	Operações Psicológicas
OSP	Órgãos de Segurança Pública
ORCRIM	Organizações Criminosas
PBCVU	Ponto de Bloqueio e Controle de Vias Urbanas
PA	Públicos-alvo
PCC	Primeiro Comando da Capital
PC	Polícia Civil
PMRN	Polícia Militar do Rio Grande do Norte
PBCVU	Ponto de Bloqueio e Controle de Vias Urbanas
PRF	Polícia Rodoviária Federal
RP	Relações Públicas
RN	Rio Grande do Norte
Sec Seg Pub	Secretaria de Segurança Pública
TO	Teatro de Operações
TTP	Técnicas, táticas e procedimentos

LISTA DE FIGURAS

Nr	DESCRIÇÃO	PÁGINA
01	Operações no Amplo Espectro	23
02	Atividades de Comunicação Social	31
03	Ataque a ônibus em Natal	36
04	Ataque a ônibus em Natal	36
05	Ações de APOP no RN	37
06	Rebelião no Presídio de Alcaçuz em Natal	42
07	Rebelião no Presídio de Alcaçuz em Natal	42
08	Ponto de Bloqueio e Controle de Vias Urbanas (PBCVU) em Natal	45
09	Ponto de Bloqueio e Controle de Vias Urbanas (PBCVU) em Natal	45
10	Comandante da Operação Potiguar	51
11	Porta Voz da Operação	51
12	Disponibilização de imagens pelo CIOSP	53
13	Reconhecimento aéreo	53

LISTA DE QUADROS

Nr	DESCRIÇÃO	PÁGINA
01	Efetivo das FA na Operação Potiguar 1	38
02	Ações Táticas na Operação Potiguar 1	40
03	Evolução dos índices específicos de criminalidade na Operação Potiguar 1	41
04	Efetivo das FA na Operação Potiguar 2	43
05	Ações Táticas na Operação Potiguar 2	44
06	Oficiais integrantes do Estado-Maior nas Operações Potiguar 1 e Potiguar 2	47
07	Quadro Resumo de Comunicação Social na Operação Potiguar 1	49
08	Equipes especializadas em Operação de Informação na Operação Potiguar 2	54

LISTA DE GRÁFICOS

Nr	DESCRIÇÃO	PÁGINA
01	Inserções positivas na mídia durante a Operação Potiguar 2	58
02	Inserções positivas nas redes sociais durante a Operação Potiguar 2	58
03	Grau de segurança pública na cidade de NATAL/RN	60
04	Concordância do emprego do EB em NATAL/RN	60
05	Percepção sobre a melhora na segurança pública com o emprego do EB em NATAL/RN	60
06	Anulação das Ações das ORCRIM (Tempo desde Últimos Ataques)	61
07	Circulação dos Meios de Transporte (Frota)	62

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	16
2	METODOLOGIA	21
3	AS OPERAÇÕES DE GARANTIA DA LEI E DA ORDEM	24
4	AS OPERAÇÕES DE INFORMAÇÃO	29
4.1	Comunicação Social	31
4.2	Operações Psicológicas	33
4.3	Guerra Eletrônica	34
4.4	Guerra Cibernética	34
4.5	Inteligência	35
5	AS OPERAÇÕES POTIGUAR 1 E POTIGUAR 2	36
5.1	Operação Potiguar 1	37
5.1.1	Ambiente Operacional antes do início das ações.....	37
5.1.2	O efetivo das FA empregado.....	38
5.1.3	A missão atribuída a Força Terrestre.....	38
5.1.4	O Estado Final Desejado.....	40
5.1.5	Tarefas realizadas.....	40
5.1.6	O Ambiente Operacional ao término das ações.....	40
5.2	Operação Potiguar 2	41
5.2.1	Ambiente Operacional antes do início das ações.....	43
5.2.2	O efetivo das FA empregado.....	43
5.2.3	A missão atribuída a Força Terrestre.....	44
5.2.4	O Estado Final Desejado.....	44
5.2.5	Tarefas realizadas.....	44
5.2.6	O Ambiente Operacional ao término das ações.....	45
5.3	Conclusão Parcial	46
6	CAPACIDADES RELACIONADAS À INFORMAÇÃO EMPREGADAS DURANTE AS OPERAÇÕES POTIGUAR 1 E 2	47
6.1	As Capacidades Relacionadas à Informação na Operação Potiguar 1	48
6.1.1	Comunicação Social.....	48
6.1.2	Operações Psicológicas.....	51
6.1.3	Inteligência.....	51

6.1.4	Percepção dos oficiais envolvidos com alguma das CRI durante a Operação Potiguar 1.....	53
6.2	As Capacidades Relacionadas à Informação na Operação Potiguar 2.....	54
6.2.1	Comunicação Social.....	55
6.2.2	Operações Psicológicas.....	59
6.2.3	Inteligência, Guerra Eletrônica e Defesa Cibernética.....	61
6.2.4	Pontos fortes relacionados às Operações de Informação.....	62
6.2.5	Oportunidades de Inovação e Melhoria relacionadas às Operações de Informação.....	63
6.2.6	Percepção dos oficiais envolvidos com alguma das CRI durante a Operação Potiguar 2.....	64
6.3	Conclusão Parcial.....	65
7	CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÕES.....	66
	REFERÊNCIAS.....	67
	APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO	69

1 INTRODUÇÃO

O ambiente operacional contemporâneo tornou-se mais complexo, uma vez que as operações militares têm sido desenvolvidas, cada vez mais, em áreas humanizadas ou no seu entorno. A presença da população e de uma miríade de outros atores dificulta a identificação dos contendores e aumenta a possibilidade de danos colaterais decorrentes das ações militares. (BRASIL, Operações, 2014, p.13)

Atualmente, o ambiente operacional é caracterizado em termos doutrinários pela existência de três dimensões – física, humana e informacional. A Dimensão Informacional do ambiente operacional, em uma sociedade cada vez mais dependente da informação, se reveste de destacada importância, uma vez que a percepção estabelecida como válida nas mentes de um ou mais públicos-alvo (narrativa dominante) pode ser considerada um acidente capital nas operações militares. (BRASIL, Operações, 2014, p.117)

No Brasil, as atribuições das Forças Armadas (FA) estão definidas no artigo 142 da Constituição Federal de 1988 (CF/88), no qual é definido que as mesmas se destinam à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem.

Em 1999, a Lei Complementar nº 97 estabeleceu as normas para a organização, o preparo e o emprego das FA, definindo no seu artigo 15 como responsabilidade do Presidente da República empregá-las na defesa da Pátria e na garantia dos poderes constitucionais, da lei e da ordem, e na participação em operações de paz.

Posteriormente, em 2001, o Decreto nº 3.897, fixou as diretrizes para o emprego das Forças Armadas na Garantia da Lei e da Ordem (GLO).

Alinhado com a destinação constitucional das FA, o atual Plano Estratégico do Exército Brasileiro (EB) define como missão: contribuir para a garantia da soberania nacional, dos poderes constitucionais, da lei e da ordem, salvaguardando os interesses nacionais e cooperando com o desenvolvimento nacional e o bem-estar social, mantendo para isso a Força Terrestre (F Ter) em permanente estado de prontidão.

Dentre suas destinações constitucionais, verificou-se nos últimos anos o aumento do emprego do EB em Operações de Garantia da Lei e da Ordem (Op

GLO). Como exemplo, citam-se as operações em diferentes comunidades do Rio de Janeiro e nos estados do Rio Grande Norte e do Espírito Santo, devido ao esgotamento dos meios de segurança pública, para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio. Ainda nesse contexto, as FA também atuaram nos limites legais da GLO durante a Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável do Rio de Janeiro (Rio + 20), em 2012; na Copa das Confederações da FIFA e na visita do Papa Francisco a Aparecida (SP) e ao Rio de Janeiro durante a Jornada Mundial da Juventude, em 2013; na Copa do Mundo 2014 e nos Jogos Olímpicos Rio 2016. (Site do Ministério da Defesa – Garantia da Lei e da Ordem –)

No ambiente operacional contemporâneo é fundamental reconhecer a influência da informação sobre o comportamento do conjunto de atores que participam da dinâmica dos conflitos: a mídia, os civis não combatentes, os grupos e organizações presentes em áreas conflagradas, o público de massa e os dirigentes e líderes em todos os níveis. (BRASIL, Operações, 2014, p.116)

Além disso, a obtenção, produção e difusão de informações relevantes, seletivas, oportunas e confiáveis têm relação direta com a qualidade e efetividade do processo decisório e com os meios e formas de lidar com a prevenção de ameaças, o gerenciamento de crises ou a solução de conflitos por parte dos instrumentos (diplomático, informacional, militar e econômico) do Poder Nacional. (BRASIL, Operações de Informação, 2014, p.14)

No contexto da Dimensão Informacional do ambiente operacional, as Operações de Informação (Op Info) consistem na atuação, metodologicamente integrada, de capacidades relacionadas à informação, em conjunto com outros vetores, para informar e influenciar grupos e indivíduos, bem como afetar o ciclo decisório de oponentes, ao mesmo tempo protegendo o nosso. Além disso, visam a evitar, impedir ou neutralizar os efeitos das ações adversárias na Dimensão Informacional. (BRASIL, DMT, 2014, p.61)

Em síntese, com o incremento do emprego do EB em Op GLO nos últimos anos e em face da influência da informação no ambiente operacional contemporâneo, faz-se necessário o estudo da aplicação prática das Operações de Informação (Op Info) no contexto das Op GLO.

Nos anos de 2016 e 2017, em virtude da crise no Sistema de Segurança

Pública no estado do Rio Grande do Norte (RN), ocorreram as Op GLO Potiguar 1 e Potiguar 2, na Região Metropolitana de Natal, respectivamente e, que contaram com a participação do Exército Brasileiro, da Marinha do Brasil, da Força Aérea, de Órgãos de Segurança Pública do Estado do Rio Grande do Norte, dentre outros. (BRASIL, Relatórios da Operação Potiguar 1 e 2, 2016/2017)

Com o propósito de verificar as atividades de Op Info desenvolvidas nas Operações Potiguar 1 e Potiguar 2, foi formulada a seguinte pergunta:

Em que medida as Op Info desenvolvidas nas Op GLO Potiguar 1 e Potiguar 2 contribuíram para o cumprimento da missão atribuída à Força Terrestre?

A pesquisa foi formulada com o intuito de verificar como as capacidades relacionadas às informações foram utilizadas nas citadas Op GLO e de que forma contribuíram para o resultado final.

A relação custo/benefício da pesquisa denota a sua importância e aplicabilidade do projeto, já que partirá de estudos sobre considerações doutrinárias e teóricas sobre as operações de informações e sobre as operações de GLO para a verificação prática em operações militares recentes.

Portanto, a presente pesquisa teve por finalidade apresentar a influência das Op Info realizadas por militares do EB no cumprimento da missão referente às Op GLO Potiguar 1 e Potiguar 2, buscando-se identificar possibilidades de contribuição para a Doutrina Militar Terrestre (DMT).

O objetivo geral desta pesquisa foi verificar como as capacidades relacionadas às informações desenvolvidas nas Op GLO Potiguar 1 e Potiguar 2, nos anos de 2016 e 2017, na Região Metropolitana de Natal, contribuíram para o cumprimento da missão atribuída à Força Terrestre.

Para facilitar a construção do conhecimento que permitiu o atingimento do objetivo geral da pesquisa, foram formulados os seguintes objetivos específicos:

- Descrever os principais conceitos relativos às Operações de Garantia da Lei e da Ordem e às Operações de Informação;
- Apresentar os principais aspectos das Operações Potiguar 1 e 2 (“Que?”, “Quando?”, “Onde?”, “Como?” e “Para que?”);
- Identificar as capacidades relacionadas à informação empregadas durante as Op GLO Potiguar 1 e 2; e

- Verificar em que medida as Operações de Informação desenvolvidas durante as Op GLO Potiguar 1 e 2 favoreceram o cumprimento da missão imposta ao Exército Brasileiro.

Para se atingir os objetivos supracitados, foram formuladas as questões de estudo a seguir discriminadas, as quais, quando respondidas, forneceram uma solução parcial e os indícios necessários para uma melhor compreensão e solução do problema desta pesquisa:

- Quais são os principais conceitos relacionados às operações de Garantia da Lei e da Ordem?

- Quais são os principais conceitos relacionados às Operações de Informação e quais são as capacidades relacionadas à informação?

- Como ocorreram as Operações Potiguar 1 e 2?

- Quais foram as capacidades relacionadas à informação empregadas durante as Operações Potiguar 1 e 2?

- Em que medida as capacidades relacionadas à informação desenvolvidas durante as Operações Potiguar 1 e 2 favoreceram o cumprimento da missão imposta ao Exército Brasileiro.

A pesquisa destinou-se, num primeiro momento, a estudar as operações militares de GLO e de Op Info em Ap às Op GLO, explorando fontes disponíveis sobre os assuntos relacionados ao tema e priorizando as legislações nacionais e os manuais doutrinários do Ministério da Defesa e do Exército Brasileiro.

Em seguida, verificou-se as capacidades relacionadas à informação presentes nas Operação Potiguar 1 e Operação Potiguar 2, ocorridas na Região Metropolitana de Natal/RN, em 2016 e 2017. Para esse enfoque, a pesquisa estudou as atividades de Op Info coordenadas pelo Exército Brasileiro desenvolvidas nas referidas Operações.

Numa terceira fase, as considerações levantadas durante o estudo, referentes às atividades supramencionadas, foram avaliadas para verificar as influências das mesmas no cumprimento da missão que foi imposta à Força Terrestre, visando à resposta da problemática formulada nesta pesquisa

Portanto, o problema proposto justificou-se pelo fato de ter promovido um estudo embasado em procedimentos científicos a respeito de um tema atual e de suma importância para a Instituição e para as Ciências Militares, bem como por apresentar

de forma metódica resultados que poderão contribuir com as Op Info em apoio às operações militares futuras e com novas pesquisas sobre o assunto.

A pesquisa também contribuiu para a verificação da contribuição prática das atividades de Op Info em operações militares recentes do EB, as quais tiveram grande repercussão na mídia nacional e internacional, e de suas influências no cumprimento da missão imposta para a Força Terrestre. Ainda nesse contexto, é importante destacar que o manual doutrinário do Exército Brasileiro que aborda o assunto Operações de Informação, Manual de Campanha EB20-MC-10.213, 1ª Edição, 2014, possui menos de 5 (cinco) anos, e que a verificação dos resultados práticos da influência da atuação integrada das capacidades relacionadas às Op Info nas Op GLO não foi muito estudado até o momento.

Assim, o trabalho monográfico buscou ampliar o repertório de conhecimentos sobre o tema em estudo e destacar a constante necessidade de se incrementar, cada vez mais, as atividades de Op Info em operações da Força Terrestre, servindo como pressuposto teórico para outros pesquisadores que sigam nesta mesma linha de estudo e também como uma forma de se buscar a conscientização dos planejadores de operações militares e chefes militares em todos os níveis, sobre os riscos admitidos ao êxito das missões pela falta de aplicação das capacidades relacionadas à informação.

2 METODOLOGIA

O caminho que se percorreu para solucionar o problema de pesquisa utilizou como base os conceituais teóricos apresentados no “Manual Elaboração de Projetos de Pesquisa na ECEME” (BRASIL, 2012) e no “Manual de Metodologia da Pesquisa Científica” (CEP, EsAO, 2007), da autoria de Eduardo Borba Neves e de Clayton Amaral Domingues.

O trabalho foi desenvolvido por meio de pesquisa bibliográfica, documental, de campo e qualitativa, privilegiando a coleta de documentos produzidos nas Operações Potiguar 1 e Potiguar 2. O estudo compreendeu os planos, os relatórios, os conhecimentos de inteligência, as apresentações e outros documentos produzidos pelos envolvidos nas citadas operações, as publicações em sites da internet, além de questionários aplicados em militares do Exército Brasileiro envolvidos no planejamento, na execução ou no emprego de capacidades relacionadas às Op Info na Op Potiguar 1 e 2.

Assim, a pesquisa foi classificada em:

- Quanto à natureza, foi aplicada, pois objetivou a produção de conhecimentos que tenham aplicação prática e dirigidos à solução de problemas reais específicos;
- Quanto aos objetivos gerais, foi exploratória, pelo fato do tema escolhido ser pouco explorado, tornando-se difícil sobre ele formular hipóteses precisas e operacionalizáveis; e
- Quanto à forma de abordagem do problema, foi de cunho qualitativo, pois visou à interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados, não sendo necessário o uso de métodos e técnicas estatísticas para se chegar à solução do problema.

Os passos para a realização da coleta dos dados foram:

- Levantamento da bibliografia e de documentos pertinentes;
- Seleção da bibliografia e dos documentos;
- Leitura da bibliografia e dos documentos selecionados, dando ênfase ao recorte analítico das operações de GLO e de Op Info;
- Montagem de arquivos: ocasião em que foram elaboradas as fichas bibliográficas de citações, resumos e análises;
- Análise crítica dos objetivos específicos e resposta das questões de estudo; e

- Aplicação de questionários.

A pesquisa bibliográfica foi realizada por meio de consultas em manuais doutrinários em manuais doutrinários, artigos e outras publicações disponíveis em site da Internet, bem como em livros, artigos e monografias das Bibliotecas da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME). Para tal, foram utilizados os seguintes termos descritores: “Operações de GLO”, “Operações de Informação”, “Capacidades Relacionadas à Informação”, “Operação Potiguar 1” e “Operação Operação Potiguar 2”.

Também foi apresentado um questionário previamente definido aos oficiais do EB envolvidos no planejamento, na execução ou no emprego de capacidades relacionadas às Op Info nas Op Potiguar 1 e 2.

Além disso, foi realizado um estudo exploratório no Comando da 7ª Brigada de Infantaria Motorizada (7ª Bda Inf Mtz), Natal-RN, com as seguintes finalidades: verificar os planos, relatórios, informes e outros documentos das Op Potiguar 1 e 2; obter dados para confirmar se/como foram estruturadas as frações envolvidas nas atividades relativas às Op Info; e para confirmar se/como foram desenvolvidas atividades relativas à Op Info.

A análise de dados foi desenvolvida durante toda a investigação, em processo interativo com a coleta de dados. Foi aplicado o método da triangulação para o tratamento dos dados obtidos nos documentos e nos questionários da pesquisa no intuito de atingir o objetivo geral da pesquisa.

Por se tratar de uma pesquisa qualitativa, o trabalho foi elaborado em torno de questões – objeto de estudo – enfatizando a situação-problema, que teve como escopo a verificação de como as capacidades relacionadas às Op Info desenvolvidas durante as Operações Potiguar 1 e Potiguar 2, contribuíram para o cumprimento da missão atribuída à Força Terrestre, assim como as conclusões deste pesquisador sobre o tema.

Por fim, apresentou-se sugestões para o aperfeiçoamento da doutrina de Op Info no âmbito do EB, particularmente no que diz respeito às operações de GLO, no intuito de contribuir com o desenvolvimento de competências sobre o assunto nas referidas operações.

O estudo foi limitado ao material disponibilizado e coletado referentes às Operações Potiguar 1 e Potiguar 2 e à participação voluntária dos militares que

participaram no planejamento, na execução ou no emprego de capacidades relacionadas às Op Info.

3 AS OPERAÇÕES DE GARANTIA DA LEI E DA ORDEM

Segundo o manual EB20-MF-10.223 – Operações (2017), o Exército Brasileiro adota o conceito operativo de Operações no Amplo Espectro, que interpreta a atuação dos elementos da F Ter para obter e manter resultados decisivos nas operações, mediante a combinação de operações ofensivas, defensivas e de cooperação e coordenação com agências, simultânea ou sucessivamente, prevenindo ameaças, gerenciando crises e solucionando conflitos armados, em situações de Guerra e de Não Guerra.

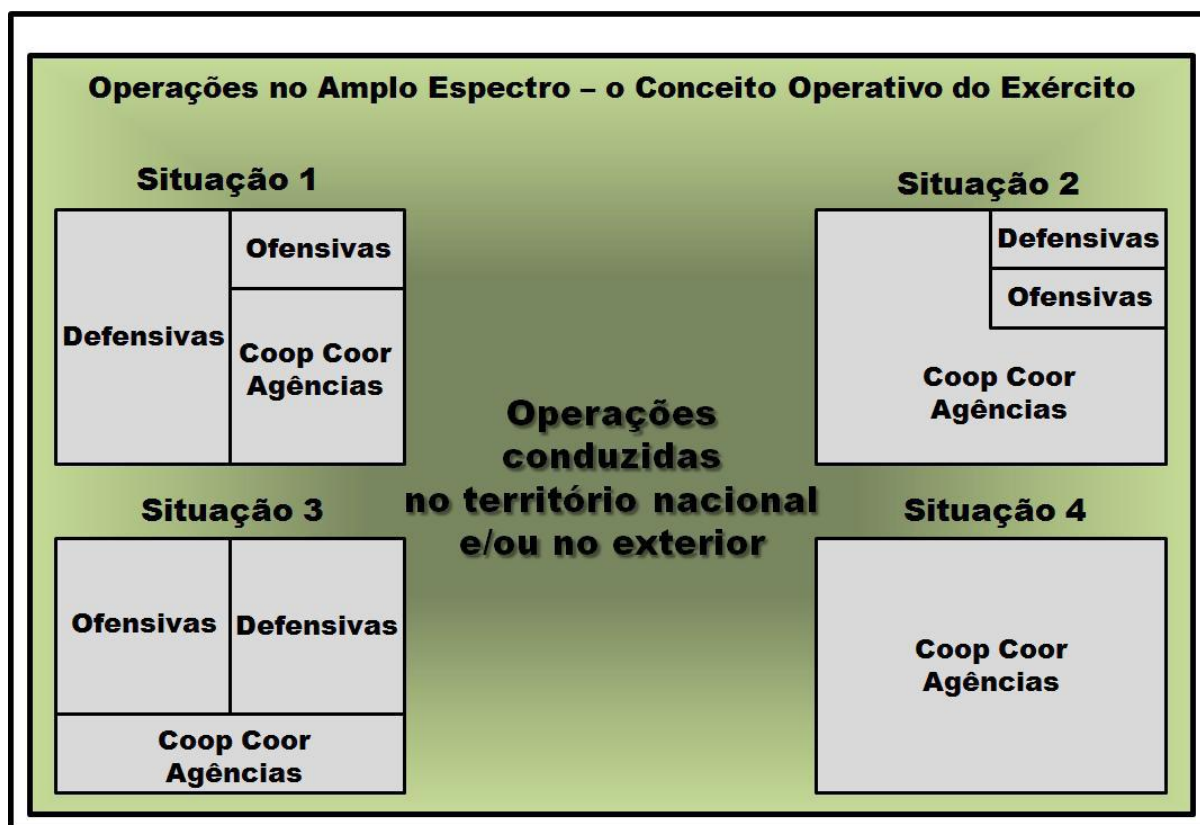


FIGURA 1 – Operações no Amplo Espectro

FONTE: extraída do manual EB20-MC-10.223.

De acordo com o supracitado manual, as Operações Ofensivas, Defensivas e de Cooperação e Coordenação com Agências são consideradas as três Operações Básicas de emprego da F Ter.

No tocante às Operações de Cooperação e Coordenação com Agências (OCCA), a referência teórica acima aponta que compreendem o apoio prestado por

elementos da F Ter, por meio da interação com outras agências, definido em diploma legal, com a finalidade de conciliar interesses e coordenar esforços para a consecução de objetivos ou propósitos convergentes com eficiência, eficácia, efetividade e menores custos e que atendam ao bem comum, evitando a duplicidade de ações, dispersão de recursos e a divergência de soluções. Normalmente, o apoio é proporcionado em atividades relacionadas à proteção de estruturas estratégicas e da sociedade, à cooperação com o desenvolvimento nacional e o bem estar social e ao apoio ao desenvolvimento econômico e de infraestrutura, sendo regulado no território nacional por diretrizes baixadas em ato do Presidente da República.

A referida base doutrinária exemplifica as formas de apoio nas OCCA, tais como: Proteção Integrada, ações sob a égide de Organismos Internacionais, emprego em apoio à política externa em tempo de paz ou crise, atribuições subsidiárias e outras formas de apoio designadas por lei.

A Proteção Integrada abrange todas as medidas necessárias para proteger a sociedade. A garantia dos poderes constitucionais, a garantia da lei e da ordem, a proteção de estruturas estratégicas, a prevenção e o combate ao terrorismo e a participação da Força Terrestre em ações na faixa de fronteira são englobadas pelas ações de Proteção Integrada.

Portanto, as Op GLO enquadram-se como OCCA que se destinam a proteger a sociedade, dentro de um contexto de Proteção Integrada.

Sobre operação de GLO, o Ministério da Defesa (MD) do Brasil a define em manual, nos seguintes termos:

A Operação de Garantia da Lei e da Ordem (Op GLO) é uma operação militar determinada pelo Presidente da República e conduzida pelas Forças Armadas de forma episódica, em área previamente estabelecida e por tempo limitado, que tem por objetivo a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio em situações de esgotamento dos instrumentos para isso previstos no art. 144 da Constituição ou em outras em que se presume ser possível a perturbação da ordem (Artigos 3º, 4º e 5º do Decreto Nº 3.897, de 24 de agosto de 2001). (BRASIL, 2014, p.14)

Conforme já abordado na introdução deste trabalho, a atuação das Forças Armadas (FA) em Operações de GLO tem sua previsão legal no artigo nº 142 da Constituição Federal de 1988.

Art. 142 - As **Forças Armadas**, constituídas pela Marinha, pelo Exército e pela Aeronáutica, são instituições nacionais permanentes e regulares, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do Presidente da República, e **destinam-se** à defesa da Pátria, à **garantia** dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, **da lei e da ordem**. (BRASIL, 1988, p. 78, grifo nosso)

Por intermédio da Lei Complementar nº 97, publicada em 1999, as normas para a organização, o preparo e o emprego das FA só foram definidas, conforme o estabelecido no seu artigo 15:

Art. 15. O **emprego das Forças Armadas** na defesa da Pátria e **na garantia** dos poderes constitucionais, **da lei e da ordem**, e na participação em operações de paz, **é de responsabilidade do Presidente da República**, que determinará ao Ministro de Estado da Defesa a ativação de órgãos operacionais. (BRASIL, 1999, grifo nosso)

O Decreto nº 3.897, de 24 de agosto de 2001, fixou as diretrizes para o emprego das Forças Armadas na Garantia da Lei e da Ordem e definiu no seu artigo 5:

Art. 5. O **emprego das Forças Armadas na garantia da lei e da ordem**, que **deverá ser episódico**, em **área previamente definida** e ter a **menor duração possível**, abrange, ademais da hipótese objeto dos arts. 3º e 4º, outras em que se presuma ser possível a perturbação da ordem, tais como as relativas a eventos oficiais ou públicos, particularmente os que contem com a participação de Chefe de Estado, ou de Governo, estrangeiro, e à realização de pleitos eleitorais, nesse caso quando solicitado. (BRASIL, 2001, grifo nosso)

O Manual do MD descreve sucintamente a sistemática do emprego das Forças Armadas em Operações de GLO, conforme explanado nos três próximos parágrafos.

A decisão do emprego das FA na garantia da lei e da ordem compete exclusivamente ao Presidente da República, por iniciativa própria, ou em atendimento a pedido manifestado por quaisquer dos poderes constitucionais, por intermédio dos Presidentes do Supremo Tribunal Federal, do Senado Federal ou da Câmara dos Deputados. O Presidente da República, à vista de solicitação do Governador de Estado ou do Distrito Federal, poderá, por iniciativa própria, determinar o emprego das FA para a garantia da lei e da ordem.

A decisão presidencial de emprego das Forças Armadas será comunicada ao Ministro de Estado da Defesa por meio de documento oficial que indicará a missão, os demais órgãos envolvidos e outras informações necessárias.

Após a determinação do Presidente da República, o Ministro da Defesa expedirá Diretriz pela qual serão ativados os órgãos operacionais das FA que desenvolverão, de forma episódica, em área previamente estabelecida e por tempo limitado, as ações de caráter preventivo e repressivo necessárias para assegurar o resultado das Op GLO.

De acordo com o Manual do MD, são características das Op GLO: atuação de forma integrada, emprego da Inteligência e Contraineligência, limitação do uso da força e das restrições à população, emprego e dissuasão, Comunicação Social e negociação.

Ainda de acordo com a citada fonte doutrinária, as ações e medidas desenvolvidas nas Op GLO podem ser de caráter preventivo ou repressivo. As ações preventivas abrangerão o preparo da tropa em caráter permanente e as atividades de inteligência, de Comunicação Social e dissuasão. Também se enquadram nesta classificação as ações adotadas frente a uma possível ameaça detectada pela Inteligência. As ações repressivas serão desenvolvidas para fazer frente a uma ameaça concretizada, com o intuito de preservar ou restabelecer a ordem pública e a incolumidade das pessoas e do patrimônio. Dependendo da característica do emprego autorizado na GLO, as seguintes ações podem ser executadas: controlar vias de circulação; desocupar ou proteger as instalações de infraestrutura crítica, garantindo o seu funcionamento; garantir a segurança de autoridades e de comboios; garantir o direito de ir e vir da população; impedir o

bloqueio de vias vitais para a circulação de pessoas e cargas; realizar a busca e apreensão de armas, explosivos etc; realizar policiamento ostensivo, estabelecendo patrulhamento a pé e motorizado, dentre outras.

4 AS OPERAÇÕES DE INFORMAÇÃO

Outro conceito importante presente no manual EB20-MF-10.102 – Doutrina Militar Terrestre (2014) é o de Operações Complementares, que são aquelas que se destinam a ampliar, aperfeiçoar e/ou complementar as operações básicas no amplo espectro, a fim de maximizar a aplicação dos elementos do poder de combate terrestre e, por suas peculiaridades, obter melhores resultados. Abrangem, também, operações que, por sua natureza, características e condições em que são conduzidas, exigem especificidades quanto ao planejamento, preparação e condução, particularmente, relacionadas às técnicas, táticas e procedimentos (TTP) ou aos meios (pessoal e material) empregados. Nesse rol, enquadram-se: Operações Aeromóveis, Operações Aeroterrestres, Operações contra Forças Irregulares, Operações de Dissimulação, Operações de Informação, Operações Especiais e outras operações.

Do exposto, infere-se que as Operações de Informações complementam e contribuem com as Operações de GLO.

O manual do Ministério da Defesa (MD35-G-01, Glossário das Forças Armadas), define as Operações de Informação como ações coordenadas que concorrem para a consecução de objetivos políticos e militares e que são executadas com o propósito de influenciar um oponente real ou potencial, diminuindo sua combatividade, coesão interna e externa e capacidade de tomada de decisão. Atuam sobre os campos cognitivo, informacional e físico da informação do oponente, e, também, sobre os processos e os sistemas nos quais elas trafegam, ao mesmo tempo em que procuram proteger forças amigas e os respectivos processos e sistemas de tomada de decisão.

Ainda em relação às Op Info, o manual do EB específico sobre o assunto (EB20-MC-10.213) as conceitua da seguinte forma:

Operações de Informação – consistem na atuação metodologicamente integrada de capacidades relacionadas à informação, em conjunto com outros vetores, para informar e influenciar grupos e indivíduos, bem como afetar o ciclo decisório de oponentes, ao mesmo tempo protegendo o nosso. Além disso, visam a evitar, impedir ou neutralizar os efeitos das ações adversas na Dimensão Informacional. (BRASIL, 2015, p.21)

De acordo com o supramencionado manual, o ambiente operacional, cuja compreensão é condição fundamental para o êxito nas operações militares terrestres, pode ser caracterizado por um conjunto de fatores que interagem entre si, de forma específica em cada situação, a partir de três dimensões: a física, a humana e a informacional. Tradicionalmente, o foco da análise do ambiente operacional era concentrado na dimensão física, considerando a preponderância dos fatores terreno e condições meteorológicas nas operações. As variações no caráter e na natureza do conflito, resultantes das mudanças tecnológicas e sociais, impõem uma visão que também considere as influências das dimensões humana e informacional nas operações militares e vice-versa.

A dimensão humana compreende os elementos relacionados às estruturas sociais, seus comportamentos e interesses, normalmente geradores do conflito. Nesse contexto, a análise do Terreno Humano – agregado de características socioculturais existentes em um determinado ponto no tempo e no espaço geográfico – adquire a mesma relevância da análise do terreno físico. (BRASIL, Operações de Informação, 2014, p.15)

A dimensão informacional do ambiente operacional se reveste de destacada importância, uma vez que as mudanças sociais contemporâneas ocorridas decorrem diretamente dos avanços na área das tecnologias da informação e comunicação, que proporcionam elevada capacidade de transmissão, acesso e compartilhamento da informação. Compreendem o conjunto de indivíduos, organizações e sistemas no quais tomadores de decisão são utilizados para obter, produzir, difundir e atuar sobre a informação. (BRASIL, Operações de Informação, 2014, p.15)

Diante do ambiente operacional em contínua transformação, onde a tecnologia infunde, na área da informação, junto à sociedade, mudanças cada vez mais rápidas, as Operações de Informação (Op Info) passam a ser uma aptidão essencial como instrumento integrador de capacidades relacionadas à informação, reunindo diversos vetores destinados a informar audiências amigas e influenciar públicos-alvo adversários e neutros, nas Operações no Amplo Espectro. Tais capacidades também se destinam a desgastar a tomada de decisão de potenciais oponentes, degradando a sua liberdade de ação, ao mesmo tempo protegendo o nosso processo decisório, visando, ainda, a evitar, impedir ou neutralizar os efeitos das

ações adversárias na Dimensão Informacional. (BRASIL, Operações de Informação, 2014, p.19)

As capacidades relacionadas à informação (CRI) são aptidões requeridas para afetar a capacidade de oponentes ou potenciais adversários de orientar, obter, produzir e/ou difundir informações, em qualquer uma das três perspectivas da dimensão informacional (física, cognitiva ou lógica). Permitem maximizar o potencial do comandante de informar audiências amigas e influenciar públicos-alvo (PA) adversários, bem como afetar ou obstar o processo de tomada de decisão de potenciais oponentes, ao mesmo tempo em que protege o nosso processo decisório. Visam, ainda, a evitar, impedir ou neutralizar os efeitos das ações adversárias na dimensão informacional, por meio de uma série de atividades, para moldar e assegurar os resultados desejados. (BRASIL, Operações de Informação, 2014, p.16)

Nesse sentido, as Op Info contribuem para a obtenção da Superioridade de Informações e integram capacidades relacionadas à informação, destacando-se: a Comunicação Social (Com Soc); as Operações Psicológicas (Op Psc); a Guerra Eletrônica (GE); a Guerra Cibernética (G Ciber); e a Inteligência (Intlg).

Nas Operações de Informação, a aplicação isolada de cada Capacidade Relacionada à Informação ou de recursos a elas relacionados dificilmente conduz a resultados satisfatórios. Somente a atuação integrada e sincronizada desses instrumentos contribui efetivamente para atingir o Estado Final Desejado (EFD). (BRASIL, Operações de Informação, 2014, p.43).

O planejamento das Operações de Informação é baseado em efeitos. A partir do momento em que o comandante define a sua intenção e o EFD para a operação militar e emite a sua decisão, a Seção de Operações de Informação deve levantar os efeitos a serem atingidos na Dimensão Informacional em apoio à operação (BRASIL, Metodologia de Planejamento de Operações de Informação, 2015, p.6).

O entendimento dos conceitos das CRI são fundamentais para o entendimento das Op Info e para o objetivo geral desta pesquisa, sendo apresentados abaixo, tal como descritos no manual do EB que trata do assunto.

4.1 Comunicação Social

A Comunicação Social é o processo pelo qual se busca aperfeiçoar o relacionamento entre os seres humanos, como indivíduos, ou como integrantes de

um grupo social. Também pode ser entendida como uma série de ações segundo as quais se podem exprimir ideias, sentimentos e informações visando ao estabelecimento de relações e soma de experiências. Cumpre a missão do Exército de manter os públicos (internos e externos) informados, por meio de atividades de Relações Públicas, Informações Públicas e Divulgação Institucional.



FIGURA 2 – Atividades de Comunicação Social

FONTE: extraída do manual EB20-MC-10.213.

As atividades de Com Soc são a seguir descritas.

As Relações Públicas (RP) são atividades que buscam o ajustamento e a interação entre a Instituição e seus públicos. Contribuem diretamente para o aprimoramento da imagem da Força e atuam como permanente canal de comunicação entre os seus integrantes. O contato com os mais diferenciados públicos exige dos encarregados dessa atividade trabalharem de forma integrada com outras atividades da Com Soc e, em algumas situações, com capacidades relacionadas à informação, usando, para isso, diversos instrumentos e canais de comunicação.

As Informações Públicas (Info Pub) são atividades pelas quais se divulgam os assuntos relacionados ao Exército para o público externo. As Info Pub têm como principais atribuições informar e responder aos questionamentos dos diversos públicos externos à Instituição, em particular os órgãos de mídia. São empregadas para fornecer a resposta oficial da Força. Concentram-se em informar o público externo e envolve, principalmente, os meios de comunicação e audiências-chave para transmitir temas e mensagens do Exército para audiências nacionais e globais,

tendo como função principal aproximar esses meios da realidade do Exército, por meio de notícias e informações de interesse público.

A Divulgação Institucional é um conjunto de atividades que implica na elaboração de produtos de Comunicação Social e na disseminação da imagem do Exército. Utiliza-se dos veículos de comunicação e dos canais de distribuição para levar os seus produtos aos PA. A divulgação das atividades desenvolvidas pela Força é feita por intermédio das mais variadas mensagens institucionais, que, por sua vez, são inseridas nos diversos meios de interação do Exército com os seus públicos. Os produtos e mensagens exploram e propagam, dentre outros aspectos: contribuir para reforçar o sentimento de patriotismo e consciência de defesa da população; contribuir para manter o tema “defesa” na agenda nacional, com ênfase nos segmentos prioritários: lideranças, formadores de opinião dos meios acadêmicos, empresarial, jornalístico e dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário; tornar a instituição mais conhecida; aproveitar todas as oportunidades possíveis para preservar e fortalecer a imagem da Força; e apresentar o Exército como uma instituição atenta à preservação ambiental e sustentabilidade.

4.2 Operações Psicológicas

As Operações Psicológicas são outra CRI e definidas como procedimentos técnico-especializados, aplicáveis de forma sistematizada, de modo a influenciar PA a manifestarem comportamentos desejáveis, com o intuito final de apoiar a conquista dos objetivos estabelecidos. Enfocam a perspectiva cognitiva da dimensão informacional do ambiente operacional, influenciando as emoções, o raciocínio, as motivações, os objetivos e o comportamento de PA (indivíduos, grupos ou organizações) que não se limitam apenas a oponentes reais e potenciais adversários, mas incluem populações neutras e aliadas.

As Op Psc constituem uma das principais CRI colocadas à disposição de comandantes de elementos da F Ter para informar e influenciar PA neutros e hostis num TO/A Op ativado(a). Os destacamentos de Op Psc conduzem operações para induzir ou reforçar atitudes e comportamentos favoráveis aos objetivos militares específicos. São, como executores primários da tarefa de informar e influenciar PA, responsáveis por desenvolver campanhas de Op Psc, além de analisar, produzir e disseminar produtos. Os especialistas em Op Psc agregam experiência sobre o

assunto à estrutura de Op Info, como também assessoram, planejam, analisam mensagens e avaliam ações com efeitos psicológicos reais ou potenciais.

Os especialistas e Dst Op Psc auxiliam os comandantes de elementos da F Ter no engajamento com PA, adversários ou neutros, em um TO/A Op ativado(a). Este compromisso inclui o planejamento do relacionamento com as populações locais, comunicadores e líderes-chave e outros PA que impliquem em ações específicas de influenciar, a fim de apoiar os objetivos do comandante. A estrutura de Op Info (8ª Seção do Estado-Maior, Célula de Op Info e/ou Grupo de Integração), em coordenação com a Célula de Inteligência, integram atividades particularmente para avaliar as informações e capacidades de oponentes e de potenciais adversários, valendo-se de análises de Inteligência de audiências e de ambientes; incluindo, nessas análises, a propaganda e a desinformação de PA e os possíveis efeitos, medidas de desempenho e de eficácia das Op Psc.

4.3 Guerra Eletrônica

A Guerra Eletrônica é o conjunto de atividades que visam a desenvolver e assegurar a capacidade de emprego eficiente das emissões eletromagnéticas próprias, ao mesmo tempo em que buscam impedir, dificultar ou tirar proveito das emissões inimigas. É responsável, portanto, por garantir e manter a liberdade de ação no espaço eletromagnético para nossas forças enquanto exploram ou negam essa liberdade aos oponentes. Além de contribuir para influenciar PA adversários, a GE está intimamente vinculada às Op Info no que se refere à degradação do processo decisório de potenciais oponentes, ao mesmo tempo em que é utilizada para proteger o nosso. Serve, ainda, desde que devidamente integrada a outras CRI, para evitar, impedir ou neutralizar os efeitos das ações adversárias na Dimensão Informacional.

As atividades de GE são planejadas por especialistas e conduzidas por frações de GE. Os elementos de GE da estrutura de Comando e Controle (C²) (6ª Seção do Estado Maior do Exército ou a Célula de Comando e Controle) integram os esforços do processo decisório e coordenam suas ações, por meio de representantes, com a(s) estrutura(s) de Op Info, a fim de alinhar as prioridades dos objetivos traçados e auxiliar na sincronização do emprego de GE com outras CRI.

4.4 Guerra Cibernética

As Ações Cibernéticas (Exploração, Ataque e Proteção) são o emprego de recursos do espaço cibernético e objetivam: proteger os próprios ativos de informação; explorar e atacar redes do oponente, mantendo a capacidade de interferir no desenrolar das operações militares no Espaço de Batalha; bem como afetar as condições de normalidade em uma determinada área ou região, atingindo gravemente o funcionamento de estruturas estratégicas e serviços essenciais destinados à população.

As ações cibernéticas visam a negar ou a manipular o oponente ou potencial adversário, por meio do direcionamento de um meio de informação (como um ponto de acesso sem fio na perspectiva física), da mensagem em si (uma mensagem cifrada na perspectiva lógica), ou de uma pessoa virtual (uma identidade “on line” que facilita a comunicação, a tomada de decisão e/ou a influência dos PA na perspectiva cognitiva).

4.5 Inteligência

A Inteligência é uma capacidade vital para as Op Info. A utilização de conhecimentos de inteligência integrados facilita sobremaneira a compreensão da interrelação entre as perspectivas física, lógica e cognitiva da dimensão informacional. A inteligência envolve um processo integrado de fusão de dados, permeia todo o ciclo do conhecimento (orientação, obtenção, produção e difusão) e gera produtos que irão expor as capacidades e vulnerabilidades de oponentes e de potenciais adversários selecionados. Para tal, utiliza uma variedade de ferramentas (técnicas e não técnicas) para avaliar a dimensão informacional, proporcionando, assim, uma visão ampliada e holística dessa dimensão.

A efetiva gestão de grande quantidade de dados, fundamental nas operações militares contemporâneas, inclui a gestão, o armazenamento e o uso da informação. Abrange, também, a capacidade de encontrar a informação certa no momento oportuno. A gestão de dados deve considerar a possibilidade de uma “superalimentação analítica”. Isso envolve o emprego de tecnologias relacionadas a sensores, à integração e exploração de bases de dados e fontes de informação não estruturada, às técnicas de busca de dados, às análises em tempo real de fluxos de informação de áudio e vídeo, e especialmente às técnicas de inteligência artificial.

A fusão de dados consiste no processamento e na combinação de dados e informações heterogêneas (vídeos e imagens, dados geoespaciais, linguagens escrita e verbal, dentre outros) de múltiplas origens – tanto de sensores como de elementos de processamento – para alcançar maior precisão e abrangência no planejamento e monitoramento das operações.

Da análise dos fatores psicossociais da população local do Teatro de Operações/Área de Operações (TO/A Op) – incluindo as informações transmitidas por meio de redes físicas – o Sistema de Inteligência pode contribuir, significativamente, com os integradores de CRI e planejadores de Op Info na determinação do efeito adequado para conduzir respostas específicas desejadas.

5 AS OPERAÇÕES DE GLO POTIGUAR 1 E POTIGUAR 2

5.1 Operação Potiguar 1

Foi uma Operação de Garantia da Lei e da Ordem conduzida pela 7ª Bda Inf Mtz, ocorrida no período compreendido entre os dias 1º e 23 de agosto de 2016, com a finalidade de promover a preservação da ordem pública e incolumidade das pessoas e do patrimônio, na área metropolitana do Município de Natal, no Estado do Rio Grande do Norte, a fim de contribuir para o reestabelecimento da ordem pública.

5.1.1 O Ambiente Operacional antes do início das ações

As Organizações Criminosas (ORCRIM), por meio de Agentes Perturbadores da Ordem Pública (APOP), iniciaram no dia 29 JUL 16, uma série de ataques a meios de transporte e instalações públicas nas cidades de Natal, Parnamirim, Macaíba, Monte Alegre, São José de Mipibu, dentre outras, gerando uma sensação de insegurança por parte da população dessas cidades.



FIGURA 3 – Ataque a ônibus em Natal
FONTE: Exército (2016)



FIGURA 4 – Ataque a ônibus em Natal
FONTE: Exército (2016)

Os Órgãos de Segurança Pública (OSP) do Estado, policiais civis e militares e agentes penitenciários, foram acionados e atuaram no sentido de conter as tentativas de fuga dos presídios e impedir os atos de vandalismo nas áreas urbanas contra o patrimônio público e privado e contra as pessoas.

Contudo as ações dos APOP prosseguiram nas áreas da capital e se estenderam para o interior, conforme o registro abaixo:

Batalhão Barreto de Menezes (Cmdo 14º BI Mtz)	379
Marinha do Brasil (3º DN/Gp Op FN)	202
Força Aérea Brasileira (FAB) (BINFA)	95
Destacamento logístico (Dst Log) (14º B Log)	26
Destacamento de Comunicações (Dst Com) (4º B Com)	19
TOTAL	1394

QUADRO 1 – Efetivo das FA na Operação Potiguar 1

FONTE: Exército (2016)

5.1.3 A missão atribuída a Força Terrestre

De acordo com a Ordem de Operações do Comandante (Cmt) da 7ª Bda Inf Mtz – Operação Potiguar 1, a missão estabelecida foi:

A fim de contribuir para o restabelecimento da ordem pública, bem como a incolumidade das pessoas e do patrimônio no ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, produzindo um ambiente seguro e estável, conduzir, no período compreendido entre o dia 2 a 16 agosto de 2016, Operações de Garantia da Lei e da Ordem, na variante Operações Tipo Polícia e **Operações de Informação**, na REGIÃO METROPOLITANA DE NATAL/RN. (BRASIL, Relatório da Operação potiguar 1, 2016, grifo nosso)

A intenção do Cmt da 7ª Bda Inf Mtz era que as tropas empregadas atuassem em conformidade com as Regras de Engajamento, priorizando a segurança do pessoal e do material, bem como preservando a imagem da Força Terrestre perante à sociedade brasileira.

5.1.4 O Estado Final Desejado

Retorno às condições de normalidade, onde permaneçam preservadas a ordem pública, a incolumidade das pessoas e do patrimônio, mantendo a prioridade à segurança do pessoal militar e do material, bem como preservando a imagem da Força Terrestre perante à sociedade brasileira.

5.1.5 Tarefas realizadas

AÇÕES TÁTICAS REALIZADAS	TOTAL
Patrulhamento a pé	1462
Patrulhamento motorizado	1515
Guarda de área de interesse	17
Ponto de Bloqueio e Controle de Vias Urbanas (PBCVU)	62
Patrulha blindada	22
Ponto estático	1305
Patrulha fluvial	43
Segurança de estruturas estratégicas	29
Escortas	2
PSE	65
Reconhecimento	74
Reconhecimento aéreo	19
TOTAL	4615

QUADRO 2 – Ações Táticas na Operação Potiguar 1

FONTE: Exército (2016)

5.1.6 O Ambiente Operacional ao término das ações

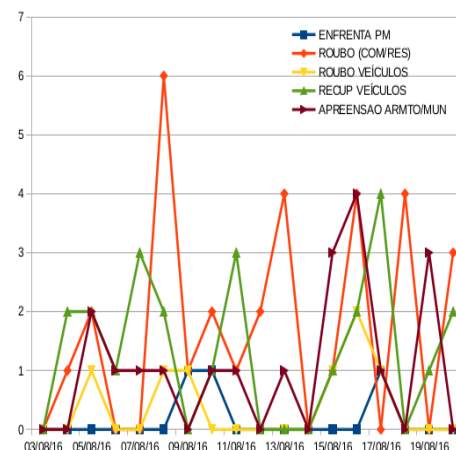
Foram restabelecidas as condições de normalidade anteriores ao início dos ataques, com a redução de alguns índices específicos de criminalidade, como roubos de automóveis, assaltos a usuários de bancos nas imediações dos estabelecimentos, o crime conhecido como “saidinha de banco” e roubos a transeuntes.

O quadro a seguir apresenta a evolução dos índices específicos de criminalidade durante a Operação Potiguar 1.

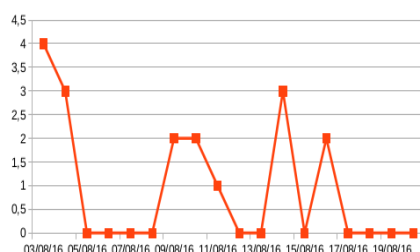


DATA	ATENTADOS À SEG PUB	AGITAÇÕES PRISIONAIS	HOMICÍDIOS	ENFRENTA PM	ROUBO (COM/RES)	ROUBO VEÍCULOS	RECUP VEÍCULOS	APREENSAO ARMTO/MUN
03/08/16	4	1	0	0	0	0	0	0
04/08/16	3	0	4	0	1	0	2	0
05/08/16	0	0	1	0	2	1	2	2
06/08/16	0	0	8	0	0	0	1	1
07/08/16	0	0	2	0	0	0	3	1
08/08/16	0	0	3	0	6	1	2	1
09/08/16	2	1	4	1	1	1	0	0
10/08/16	2	0	3	1	2	0	1	1
11/08/16	1	1	8	0	1	0	3	1
12/08/16	0	0	3	0	2	0	0	0
13/08/16	0	0	2	0	4	0	0	1
14/08/16	3	0	5	0	0	0	0	0
15/08/16	0	1	1	0	1	1	1	3
16/08/16	2	0	9	0	4	2	2	4
17/08/16	0	0	4	1	0	1	4	1
18/08/16	0	0	4	0	4	0	0	0
19/08/16	0	0	4	0	0	0	1	3
20/08/16	0	0	7	0	3	0	2	0

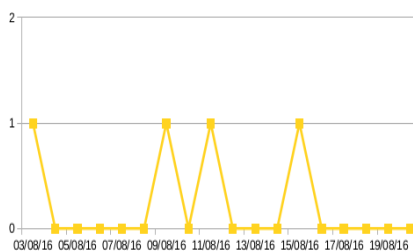
INDICADORES SECUNDÁRIOS



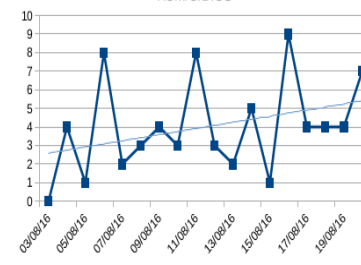
ATENTADOS



AGITAÇÕES PRISIONAIS



HOMICÍDIOS



QUADRO 3 – Evolução dos índices específicos de criminalidade na Operação Potiguar 1

FONTE: Exército (2016)

5.2 Operação Potiguar 2

Foi uma Operação de Garantia da Lei e da Ordem conduzida pela 7ª Bda Inf Mtz, ocorrida no período compreendido entre os dias 20 de janeiro a 04 de fevereiro de 2017, com a finalidade de promover a preservação da ordem pública e incolumidade das pessoas e do patrimônio, na área metropolitana do Município de Natal, no Estado do Rio Grande do Norte, a fim de contribuir para o reestabelecimento da ordem pública.

5.2.1 O Ambiente Operacional antes do início das ações

As ORCRIM do RN envolveram-se no conflito entre o Primeiro Comando da Capital (PCC) e facções regionais, iniciado no Norte do país, deflagrando um conflito no interior do Presídio Estadual de Alcaçuz, onde foram mortos 26 detentos. Por meio de APOP, as ORCRIM iniciaram, no dia 18 de janeiro de 2017, uma série de ataques aos meios de transporte e instalações públicas nas cidades de Natal,

Parnamirim, Macau, Caicó e Parelhas, gerando uma sensação de insegurança por parte da população dessas cidades. Os OSP do Estado, policiais civis e militares e agentes penitenciários, foram acionados e atuam no sentido de conter as tentativas de fuga dos presídios e impedir os atos urbanos contra a segurança da população.

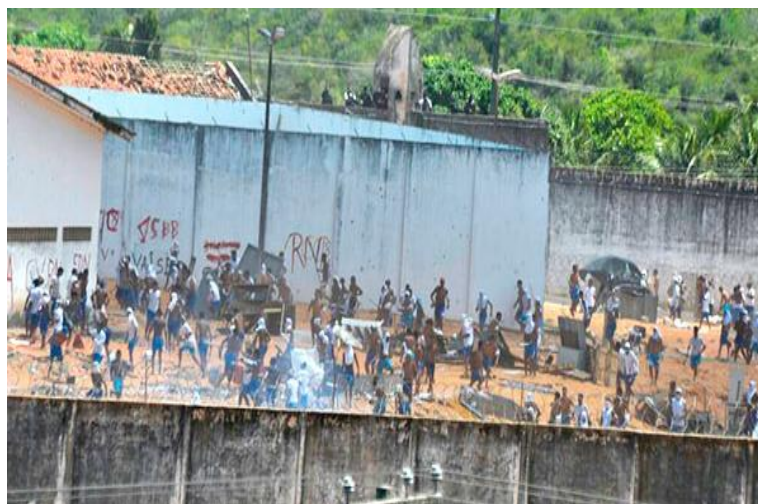


FIGURA 6 – Rebelião no Presídio de Alcaçuz em Natal

FONTE: Exército (2016)



FIGURA 7 – Rebelião no Presídio de Alcaçuz em Natal

FONTE: Exército (2016)

O Governador do Estado do Rio Grande do Norte solicitou, em caráter de urgência, o emprego das Forças Armadas na citada unidade federativa, em razão da insuficiência de meios.

Dessa forma, o Presidente da República, deferiu o contido no Decreto Presidencial da referência atendendo à solicitação do Governador do Estado do Rio

Grande do Norte e com fundamento no Art. 142, da Constituição Brasileira, nos termos dos § 2º ao 6º, do Art. 15, da Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999, e dos Art. 2º ao 4º, do Decreto nº 3.897, de 24 de agosto de 2001, autorizou o emprego temporário e episódico de meios das Forças Armadas, em ações de Garantia da Lei e da Ordem, no período compreendido entre os dias 20 e 30 de janeiro de 2017, em razão da insuficiência de meios dos órgãos de segurança pública daquele Estado.

5.2.2 O efetivo das FA empregado

TROPA		COMPOSIÇÃO	EFETIVO	TOTAL
Marinha do Brasil		Grupamento de Fuzileiros Navais	140	181
		Patrulha Naval	41	
Exército Brasileiro	Força-Tarefa (FT) GUARARAPES	Cmdo 7ª Bda Inf Mtz	95	1636
		Btl Felipe Camarão (7ª Bda Inf Mtz)	517	
		Btl Duarte Coelho (10ª Bda Inf Mtz)	505	
		Btl General Tibúrcio (10ª RM)	459	
		Destacamento Logístico	40	
		Destacamento de Comunicações	20	
Força Aérea Brasileira		BINFA	70	70
TOTAL				1887

QUADRO 4 – Efetivo das FA na Operação Potiguar 2

FONTE: Exército (2017)

5.2.3 A missão atribuída a Força Terrestre

De acordo com a Ordem de Operações do Cmt 7ª Bda Inf Mtz – Operação Potiguar 2, a missão estabelecida foi: preservar a ordem pública e a incolumidade das pessoas e do patrimônio, na área metropolitana do Município de Natal, no Estado do Rio Grande do Norte, no período de 20 a 30 de janeiro de 2017.

A intenção do Cmt 7ª Bda Inf Mtz era que as tropas empregadas atuassem em conformidade com as Regras de Engajamento, priorizando a segurança do pessoal e do material, bem como preservando a imagem da Força Terrestre perante à sociedade brasileira.

5.2.4 O Estado Final Desejado

Retorno às condições de normalidade, onde permaneçam preservadas a ordem pública, a incolumidade das pessoas e do patrimônio, mantendo a prioridade à segurança do pessoal militar e do material, bem como preservando a imagem da Força Terrestre perante a sociedade brasileira.

5.2.5 Tarefas realizadas

AÇÃO	QUANTIDADE
Patrulha a Pé	659
Patrulha Motorizada	1988
Guarda de Área de interesse	259
Ponto de Bloqueio e Controle de Vias Urbanas (PBCVU)	47
Patrulha Blindada	5
Ponto Estático	801
Patrulha Fluvial	12
Escoltas	28
PBCE	20
Reconhecimento	54
Reconhecimento Aéreo	6
TOTAL	3879

QUADRO 5 – Ações Táticas na Operação Potiguar 2

FONTE: Exército (2016)



FIGURA 7 – Ponto de Bloqueio e Controle de Vias Urbanas (PBCVU) em Natal
FONTE: Exército (2017)



FIGURA 8 – Ponto de Bloqueio e Controle de Vias Urbanas (PBCVU) em Natal
FONTE: Exército (2017)

5.2.6 O Ambiente Operacional ao término das ações

Foram restabelecidas as condições de normalidade anteriores ao início dos ataques, com a redução de alguns índices específicos de criminalidade, como roubos de automóveis, assaltos a usuários de bancos nas imediações dos estabelecimentos e roubos a transeuntes.

5.3 Conclusão Parcial

De acordo com o exposto, conclui-se parcialmente que as Op GLO Potiguar 1 e Potiguar 2 ocorreram nos anos de 2016 e 2017, respectivamente, na Região Metropolitana de Natal, em virtude da crise no Sistema de Segurança Pública no estado do Rio Grande do Norte (RN). Essas operações contaram com a participação do Exército Brasileiro, da Marinha do Brasil, da Força Aérea Brasileira, de Órgãos de Segurança Pública do Estado do Rio Grande do Norte, dentre outros. De maneira geral, a missão atribuída à Força Terrestre nas citadas operações foi a de contribuir para o restabelecimento da ordem pública, bem como a incolumidade das pessoas e do patrimônio. Ao término das operações, as condições de normalidade foram reestabelecidas, evidenciando o cumprimento da missão.

6 CAPACIDADES RELACIONADAS À INFORMAÇÃO EMPREGADAS DURANTE AS OPERAÇÕES POTIGUAR 1 E 2

Nessa parte da pesquisa, pretende-se identificar nos documentos pesquisados as capacidades relacionadas à informação empregadas durante as Op GLO Potiguar 1 e 2 e verificar em que medida as Operações de Informação desenvolvidas durante as Op GLO Potiguar 1 e 2 favoreceram o cumprimento da missão imposta ao Exército Brasileiro.

As Ordens de Operações, os planejamentos específicos das CRI empregadas, os diferentes documentos e mídias produzidos, os relatórios finais das Op GLO Potiguar 1 e 2 e os questionários respondidos pelos oficiais envolvidos com alguma das CRI foram fontes essenciais.

Os seguintes oficiais responderam ao questionário enviado, cujas perguntas contam no apêndice deste trabalho:

Posto	Nome	Função
General	JAYME OCTAVIO DE ALEXANDRE QUEIROZ	Cmt das Op GLO Potiguar 1 e 2
Coronel	RONY PRUDENTE CAVALCANTE	Ch EM das Op GLO Potiguar 1 e 2
Coronel	DIÓGENES DE SOUZA GOMES	Cmt OM
Coronel	IGOR LESSA PASINATO	Cmt OM
Coronel	MARCOS ANDRE BENZECRY	Oficial de Comunicação Social da Op GLO Potiguar 1
Coronel	ERLAND CORREIA MOTA	Assessor de Relações Institucionais e Assuntos Cíveis da Op GLO Potiguar 2
Tenente-Coronel	ADRIANO DE ANDRADE PONTES	Oficial de Operações das Op GLO Potiguar 1 e 2
Tenente-Coronel	MARCELLO VENICIUS MOTA LINHARES	Oficial de Comunicação Social da Op GLO Potiguar 2
Tenente-Coronel	IVAN URTADO DE ASSIS	Oficial de Inteligência da Op GLO Potiguar 1
Major	WAGNER MEDEIROS RAMOS	Oficial de Op Info da Op GLO Potiguar 2
Major	ANDRÉ WILSON DE ANDRADE SOUZA	Oficial de Inteligência da Op GLO Potiguar 2
Major	EULÁLIO VIEIRA BARROS JÚNIOR	Cmt do Grupo de Operações de Inteligência da 7 Bda Inf

		Mtz
Major	FREDERICO AUGUSTO FERNANDE LIMA	Oficial de Guerra Eletrônica da Op GLO Potiguar 2

QUADRO 6 – Oficiais integrantes do Estado-Maior nas Operações Potiguar 1 e Potiguar 2

FONTE: Exército (2016)

6.1 As Capacidades Relacionadas à Informação na Operação Potiguar 1

6.1.1 Comunicação Social

A Comunicação Social foi planejada e conduzida por um Oficial Superior que veio do Centro de Comunicação Social do Exército (CCOMSEX) para chefiar a Equipe de Comunicação Social da Operação. Este oficial também desempenhou a função de Porta-voz da Operação.

A equipe de Com Soc contou com o oficial superior, um oficial adjunto e duas praças auxiliares.

De acordo com o Plano de Comunicação Social da Operação, as atividades de divulgação institucional, relações públicas e informações públicas realizadas durante a Operação Potiguar 1 tiveram como objetivos principais:

- Divulgar imagens operacionais enfocando o emprego combinado das Forças Singulares e as ações da Força Terrestre;
- Minimizar os impactos gerados por situações de crises, caso ocorressem;
- Controlar as informações difundidas pelas mídias locais, regionais e nacionais (local, data, hora e fonte);
- Controlar a captação de imagens (foto e vídeo), especialmente aquelas obtidas por equipamentos particulares, que advenham de situações ambíguas e que sejam factíveis de distorção na difusão. Para tanto, foram sugeridas aos Comandantes de Organização Militar (Cmt OM) medidas de controle na utilização de meios analógicos ou eletrônicos de obtenção de imagens;
- Atuar como Porta-Voz, enfatizando as ideias-força definidas pelo Comando da Operação (Cmdo Op) Potiguar;
- Realizar “*media training*” de autoridades, preparando uma relação prévia de perguntas e respostas (ideias-força) sobre aspectos passíveis de interpelação;
- Manter um controle sistemático da opinião publicada, separando-se, por dia de atividade, as notícias veiculadas;
- Realçar, em todas as oportunidades (entrevistas, respostas por escrito, atitudes dos militares), os valores e as virtudes militares;
- Inteirar-se com as demais seções do Estado-Maior, especialmente a de Inteligência, Operações e Logística; e

- Considerar, como prioritários, os seguintes públicos alvo: lideranças regionais e locais, populações natalense e da área metropolitana e efetivos dos militares.

As atividades de Comunicação Social realizadas durante a Operação Potiguar 1 podem ser resumidas no quadro abaixo:

QUADRO RESUMO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL		
Atividades	Quantidade	Observação
Entrevistas concedidas	25	Entrevistas para INTERTV CABUGI/Rede Globo, TV FELIZ/REDE TV , RÁDIO 95FM, -G1 RN, TV PONTA NEGRA/SBT, TV TROPICAL/REDE RECORD e BAND NATAL/Band
Press Release	06	Press Release sobre o balanço parcial da operação, sobre a visita do Comandante Militar do Nordeste ao Governador do Rio Grande do Norte e sobre a Reunião de Coordenação com os OSP para a transição das tropas.
Respostas a Imprensa	08	-
E-mails recebidos e respondidos	26	Respostas à solicitações de entrevistas
Matérias veiculadas pela mídia	70	-
Matérias elaboradas para o CCOMSEX	06	-
TOTAL		135

QUADRO 7 – Quadro Resumo de Comunicação Social na Operação Potiguar 1

FONTE: Exército (2016)

Dentre as sugestões e oportunidades de melhoria citados no Relatório de Comunicação Social da Operação, relacionados com as Operações de Informação, destacam-se:

- A necessidade da presença e atuação de pessoal especializado em Operações de Informação, em coordenação com atividades de Com Soc e Inteligência;

- A necessidade de que os dados para o balanço da operação sejam consolidados e difundidos com oportunidade, sendo importante o trabalho de articulação junto aos Órgãos de Segurança Pública, a fim de não se perder a oportunidade de explorar os resultados positivos da Operação;

- A necessidade de maior quantidade de pessoal e meios especializados em Com Soc, o que dificultou a elaboração de produtos (banners, faixas, vídeos, etc.) para melhor divulgação institucional;

- A realização de uma pesquisa de opinião junto a população natalense, a fim de estabelecer as bases para o trabalho de cada uma das atividades de Comunicação Social – Relações com a Mídia, Relações Públicas e Divulgação Institucional;

- Incentivar as visitas de autoridades locais e de órgãos de imprensa ao Comando da Operação, a fim de possibilitar maior transparência e visibilidade das ações junto a formadores de opinião; e

- Ampliar e diversificar a divulgação institucional das ações das tropas empregadas na Operação Potiguar.

Dentre os pontos fortes citados no Relatório de Comunicação Social da Operação, relacionados com as Operações de Informação, destacam-se:

- A integração e coordenação, junto ao Oficial de Inteligência e Oficial de Operações da Operação, proporcionaram informações oportunas e necessárias ao trabalho do Porta-voz;

- O Porta-voz manteve um contato constante com o Oficial de Relações Institucionais do Comando Militar do Nordeste (CMNE) o que favoreceu a criação de janelas de oportunidades de Comunicação; Social;

- A receptividade, entendimento e aceitação da missão das tropas federais, por parte da população e mídia local, foi algo muito positivo e que contribuiu para o fortalecimento da imagem de credibilidade e confiança do Exército e das Forças Armadas;

- As matérias publicadas nos diversos veículos de imprensa (escrita, rádio e televisionada) tiveram angulação muito favorável à imagem da Força Terrestre;

- A participação de um oficial do Quadro Complementar de Oficiais (QCO), Jornalista da Seção Com Soc/10ª Região Militar) foi fundamental para as atividades de relações com a mídia local. Dessa forma, houve um contato muito próximo com a imprensa, proporcionando a realização de matérias positivas.



FIGURA 9 – Comandante da Operação Potiguar 1
 FONTE: Exército (2016)



FIGURA 10 – Porta Voz da Operação
 FONTE: Exército (2016)

6.1.2 Operações Psicológicas

A Operação Potiguar 1 não contou com a participação de elementos especializados em Operações Psicológicas.

De acordo com o Relatório Final, a falta de uma equipe especializada nessa CRI para compor o estado-maior foi considerado como oportunidade de melhoria.

6.1.3 Inteligência

A Agência de Inteligência (AI) da 7ª Bda Inf Mtz realizou todo o processamento e análise dos dados de inteligência, suporte de contrainteligência e o estabelecimento de um Centro de Comunicações para atender o fluxo de documentos de inteligência da Operação Potiguar 1.

A AI da 7ª Bda Inf Mtz foi reforçada por uma Central de Inteligência, constituída por militares do 6º Batalhão de Inteligência Militar (6º BIM), de Campo Grande/MS. Além disso, participaram da AI os integrantes do Sistema de Inteligência do Comando Geral da Polícia Militar do Rio Grande do Norte (PMRN), do Comando de Policiamento Metropolitano (COM) e Comando de Policiamento do Interior (CPI), bem como, integrantes da Inteligência da Polícia Civil (PC) do RN e Polícia Rodoviária Federal (PRF).

Militares da 7ª Bda Inf Mtz atuaram diretamente no Centro Integrado de Operações de Segurança Pública (CIOSP) da Secretaria de Segurança Pública (Sec Seg Pub) do RN.

Houve também uma participação da Coordenadoria de Informática e Estatística da Sec Seg Pub RN, que propiciou a remessa de dados de índices de criminalidade para a análise, comparação e realização do balanço durante a Operação. Verificou-se que a integração dos componentes do Sistema de Inteligência do Exército foi excepcional, com grande interação entre o oficial de inteligência da Operação, a Central de Inteligência e o Grupo de Operações de Inteligência da 7ª Bda Inf Mtz, além do contato direto com o oficial de inteligência do CMNE e do Centro de Inteligência do Exército (CIE).

Da mesma forma, a integração com integrantes de inteligências das OSP e outras instituições também foi bem intenso e profícuo.

Durante a Operação, a Central de Inteligência da 7ª Bda Inf Mtz produziu os seguintes documentos em apoio à operação: informes, apreciações, relatórios especiais de inteligência, Diagramas de Vínculos, Mapas Temáticos, Quadro de Indicadores e Memória Estruturada.

Dentre as sugestões e oportunidades de melhoria citados no Relatório de da Operação, destacam-se:

- Equipe de militares de comunicações, credenciados junto ao Sistema de Inteligência do Exército, para reforçar o Centro de Comunicações (C Com) da 7ª Bda Inf Mtz, a fim de transmitir documentos na rede de inteligência.

- Emprego por completo do Grupo de Operações de Inteligência durante o período da Operação, passando a atuar com todas as suas equipes de busca, o que não ocorreu por conta das demandas dos Jogos Olímpicos Rio 2016.

- Chegada da Central de Inteligência o quanto antes, se possível, no dia da decisão de emprego de tropas federais.

Dentre os pontos fortes citados, destacam-se:

- Reforço de uma Central de Inteligência, oriunda do 6º BIM, solicitada ao CIE por meio do CMNE, composta por militares com grande experiência em operações de inteligência, que favoreceu a produção e difusão do conhecimento, bem como corroborou com a aplicabilidade do dado de inteligência sobre as ações operacionais da tropa.

- Utilização da Central de Inteligência Móvel do Grupo de Operações de Inteligência com equipamentos de informática de grande capacidade o que facilitou a produção do conhecimento, principalmente mapas temáticos e diagrama de relações.

- Estreita ligação com a Seção de Inteligência da PMRN e Polícia Civil, que proporcionaram uma ampla troca de informações para o acompanhamento da situação.

- Disponibilidade de uma aeronave HM1 Pantera do 1º Batalhão de Aviação do Exército (BAvEx) que proporcionou os reconhecimentos aéreos da Área de Operações, favorecendo o levantamento das áreas de difícil acesso e de maior periculosidade da cidade.



FIGURA 11 – Disponibilização de imagens pelo CIOSP
FONTE: Exército (2016)



FIGURA 12 – Reconhecimento aéreo
FONTE: Exército (2016)

6.1.4 Percepção dos oficiais envolvidos com alguma das CRI durante a Operação Potiguar 1

A análise das respostas do questionário enviado aos evidenciou que 100% considerou que a CRI em que participou contribuiu para o cumprimento da missão atribuída à Força Terrestre na Operação Potiguar 1 de maneira elevada.

Além disso, todos concordaram plenamente que as Operações de Informação contribuíram para o cumprimento da missão atribuída à Força Terrestre.

90% dos oficiais concordaram parcialmente que durante a Operação Potiguar 1, os meios (pessoal e material) para o planejamento e execução das Operações de

Informação foram adequados e 10% discordaram que os citados meios foram adequados,

De acordo com a opinião do Tenente-Coronel Ivan Urtado de Assis, Oficial de Inteligência na Operação Potiguar 1, destacaram-se como pontos fortes: a integração dos dados de inteligência das Forças Armadas, da Secretaria de Segurança Pública do RN (base de dados da PMRN e PCRN) e da Superintendência da PRF no RN, além do uso efetivo dos dados de inteligência para o assessoramento no planejamento e execução das operações, sendo fundamental para a definição de áreas de atuação, locais e horários de ações mais incisivas da tropa. Quanto à oportunidade de melhoria, considerou: o incremento do uso de veículos aéreos não tripulados (VANT) ou drones para o levantamento da área de operações e uma maior integração de informações provenientes da PF e da Secretaria de Justiça do RN, que gerenciava o sistema penitenciário.

6.2 As Capacidades Relacionadas à Informação na Operação Potiguar 2

Tendo em vista as sugestões e as oportunidades de melhoria levantadas por ocasião da confecção dos relatórios da Operação Potiguar 1 e em face da inexistência de especialistas em todas as Capacidades Relacionadas à Informação (CRI) no âmbito da 7ª Bda Inf Mtz para a condução de Operações de Informação, foi solicitado ao Escalão Superior esse apoio específico para a Operação Potiguar 2.

Nesse sentido, equipes especializadas foram disponibilizadas em apoio para integrar as CRI, conforme quadro abaixo:

Capacidade	Efetivo			Equipamento	Observação
	Of	Sgt	Total		
Comunicação Social (Com Soc)	2	1	3	-	Of CCOOMSEX empregado como Oficial de Com Soc
Defesa Cibernética (D Ciber)	1	1	2	-	Compondo a Central Intlg
Guerra Eletrônica (GE)	2	6	8	-2 sensores portáteis analógicos -2 sensores portáteis digitais	Compondo a Central Intlg
Inteligência (Intlg)	1	4	5		Compondo a Central Intlg
Operações Psicológicas (Op Psc)	2	-	2	-Sistema de alto-falantes portáteis -Computadores	Junto à FT Guararapes

				(elaboração de produtos audiovisuais)	
--	--	--	--	---------------------------------------	--

QUADRO 8 – Equipes especializadas em Operação de Informação na Operação Potiguar 2

FONTE: Exército (2017)

6.2.1 Comunicação Social

A Comunicação Social durante a Operação Potiguar 2 também foi planejada e conduzida por um Oficial Superior que veio do CCOMSEX para chefiar a Equipe de Comunicação Social da Operação. Este oficial também desempenhou a função de Porta-voz da Operação.

A missão prescrita no Plano de Comunicação Social da Operação era apoiar a Força-Tarefa GUARARAPES com atividades de Comunicação Social a fim de otimizar o relacionamento das Forças Armadas com a população local, utilizando-se das Relações Públicas, Relações com a Mídia e Divulgação Institucional.

Nesse contexto, de acordo com o planejamento de Comunicação Social, foram estabelecidos os seguintes objetivos:

- Antes e durante o emprego das FA em operações (GLO ou Apoio a Órgãos Governamentais):
 - Conquistar o apoio de colaboradores, formadores de opinião e lideranças nas ações das Forças Armadas na área de operações;
 - Fortalecer o apoio das principais autoridades do Governo do Estado do Rio Grande do Norte às ações das Forças Armadas;
 - Conscientizar as tropas empregadas sobre a importância de não divulgar informações atinentes à operação que possam comprometer o sigilo das mesmas;
 - Conscientizar a população sobre a importância da colaboração e apoio às ações das Forças Armadas na área de operações para o restabelecimento de um ambiente seguro e estável;
 - Motivar a população da área de Operações a denunciar as ações e planos das Organizações Criminosas;
 - Conscientizar os Órgãos de Segurança Pública e a tropa empregada sobre a importância do trabalho integrado entre as FA e os referidos órgãos;
 - Conscientizar a população da área de operações que a missão das FA é o restabelecimento de um ambiente de segurança e paz no local;
 - Conscientizar a população da área de operações sobre a importância de

atender às orientações dos integrantes da Operação;

- Prevenir e se contrapor à desinformação deliberada na mídia e nas redes sociais;

- Reduzir ou neutralizar os eventuais efeitos da opinião pública contrários às Forças Armadas;

- Conquistar a superioridade de informações e o domínio da narrativa nos meios de comunicação;

- Fortalecer a credibilidade e imagem positiva das Forças Armadas na região;

- Reduzir e/ou eliminar a vontade dos integrantes das ORCRIM em prosseguir em suas ações de perturbação da paz social;

- Contribuir, em articulação com a Seção de Informações, para reduzir e/ou eliminar a capacidade de comunicação entre as lideranças da ORCRIM e seus integrantes;

- Contribuir, em articulação com a Seção de Operações de Informações, para desacreditar os líderes da ORCRIM junto aos seus integrantes;

- Intensificar as medidas de contrainteligência com a finalidade de proteger nosso fluxo de informações, instalações e meios militares; e

- Contribuir, em articulação com a Seção de Operações de Informações, para aumentar a sensação de segurança na área de operações e desestimular as ORCRIM a praticarem suas ações.

- Realizar a análise de vínculo, por meio das ações de exploração em fontes abertas da Capacidade de Inteligência Cibernética dos públicos-alvo prioritário.

- Monitorar sistematicamente o espaço cibernético de interesse, visando manter e/ou ampliar a consciência situacional.

- Levantar, nas mídias sociais, possíveis campanhas de desinformação deliberadas com impacto negativo na atuação e na imagem das FA.

- Levantar, nas mídias sociais, possíveis comentários negativos e/ou vazamento de informações relativas à atuação das FA por parte de integrantes da tropa.

- Acompanhar, nas mídias sociais, a repercussão da atuação das FA na área de Op, identificando formadores de opinião e veículos com posição favorável e

contrário à ação da tropa.

- Levantar informações relacionadas ao aumento/diminuição da sensação de segurança e tensão na região por parte da população.

- Conquistar o apoio dos públicos-alvo prioritários e explorar sistematicamente as sugestões de ideias-força.

- Após o emprego:

- Potencializar as ideias-força na área de operações;

- Conscientizar a população de que a participação das Forças Armadas foi fundamental para solução da crise;

- Conscientizar a população de que as Forças Armadas estarão sempre prontas para defender os interesses do Estado e do Povo Brasileiro;

- Contribuir para o fortalecimento dos OSP e a consequente manutenção do clima de estabilidade da região;

- Manter a credibilidade e imagem positiva das Forças Armadas na região;

e

- Contribuir para que a população aceite a solução adotada para a crise.

Durante a Operação Potiguar 2, a Comunicação Social, por meio de suas atividades, acompanhou os meios de comunicação, preparou coletivas de imprensa, notas à imprensa e “*media training*”, bem como realizou a divulgação institucional, por meio de matérias e produtos, reforçando as ideias-força.

Os gráficos a seguir produzidos pela equipe de Com Soc apresentam indicativos utilizados para o acompanhamento das inserções na mídia ou nas redes sociais de matérias referentes à operação, no período de 20 Jan 17 a 4 Fev 17:

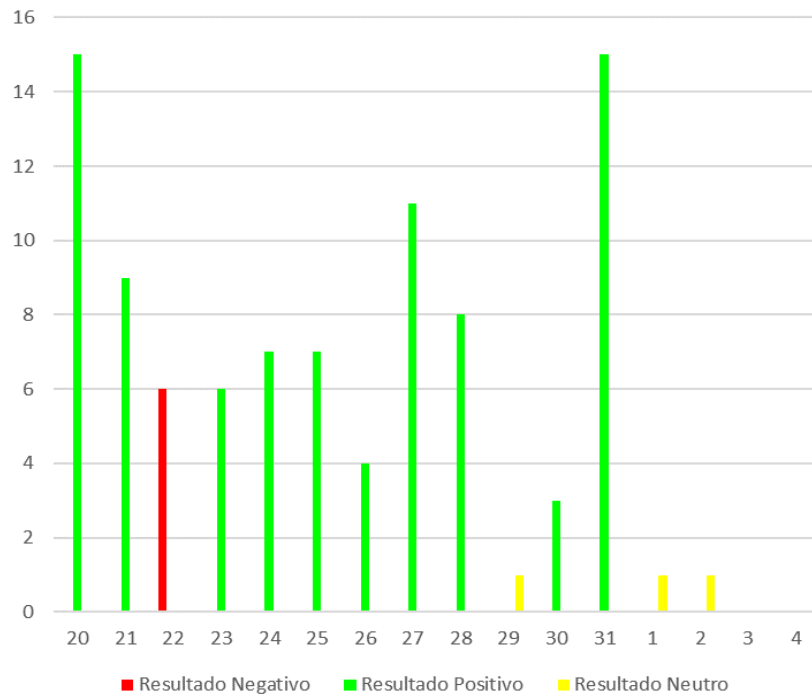


GRÁFICO 1 – Inserções positivas na mídia durante a Operação Potiguar 2
 FONTE: Exército (2017)

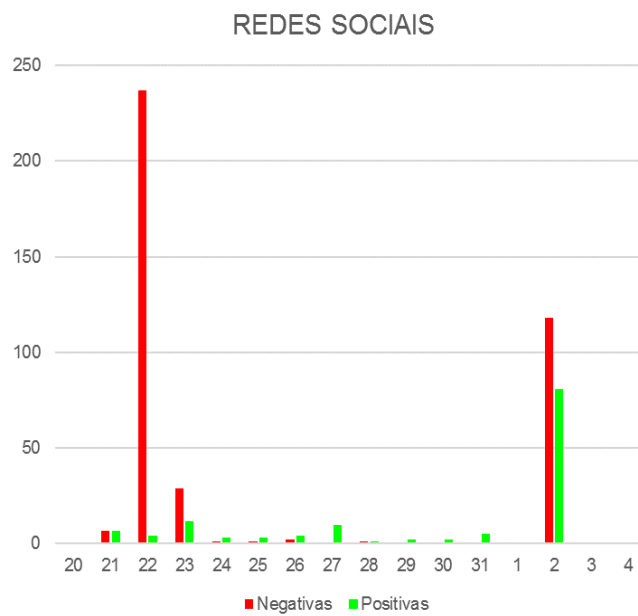


GRÁFICO 2 – Inserções positivas nas redes sociais durante a Operação
 Potiguar 2
 FONTE: Exército (2017)

6.2.2 Operações Psicológicas

A Operação Potiguar 2 contou com a participação de quatro militares especializados em Operações Psicológicas do 1º Batalhão de Operações de Apoio a Informação (1º BOAI), atual 1º Batalhão de Operações Psicológicas.

A CRI Operações Psicológicas realizou ações e produtos de operações psicológicas e elaborou pesquisa de opinião em prol da operação. Essas atividades foram apresentadas ao Chefe do Estado-Maior e ao Comandante da 7ª Bda Inf Mtz para aprovação e, em seguida, eram encaminhadas ao CMNE para aprovação final.

Situações que poderiam ter comprometido a imagem do Exército Brasileiro e a atuação da tropa na referida operação eram levantados por todas as CRI, permitindo a análise integrada, a proposição e a execução de ações (por CRI ou integradas) que poderiam minimizar possíveis efeitos negativos. Um exemplo disso foi a produção de vídeo institucional, integrando as CRI Comunicação Social e Operações Psicológicas, para difundir as ações de atuação da tropa.

Nos últimos dias da Operação, entre 30 Jan e 1º Fev de 2017, foi realizada uma pesquisa a fim de realizar um levantamento da percepção da população de Natal/RN relativa a segurança pública e seus principais órgãos como as polícias militar, civil e guarda municipal, bem como o nível de aprovação da presença do Exército nas ruas realizando Operações de GLO.

Os dados coletados na pesquisa mostraram que a atuação do Exército Brasileiro nas ruas da cidade de Natal em operações de GLO foi aprovada por 86,28% da população, entre concordância e concordância plena de sua atuação na segurança pública. A percepção de aumento na segurança das áreas públicas com a presença do Exército Brasileiro nas ruas foi apontada por 77,88% da amostra pesquisada. Por fim, os dados mostraram uma maioria significativa tanto de aprovação da presença do Exército nas ruas, como a percepção que a sua presença influenciou significativamente para a melhoria da segurança pública da cidade de Natal.

Dentre os dados levantados, destacaram-se os representados nos gráficos a seguir:

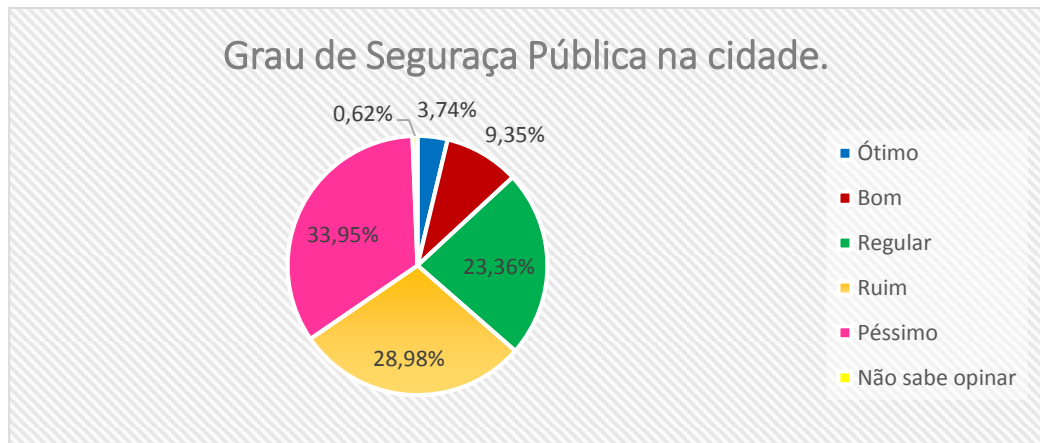


GRÁFICO 3 – Grau de segurança pública na cidade de NATAL/RN

FONTE: Exército (2017)

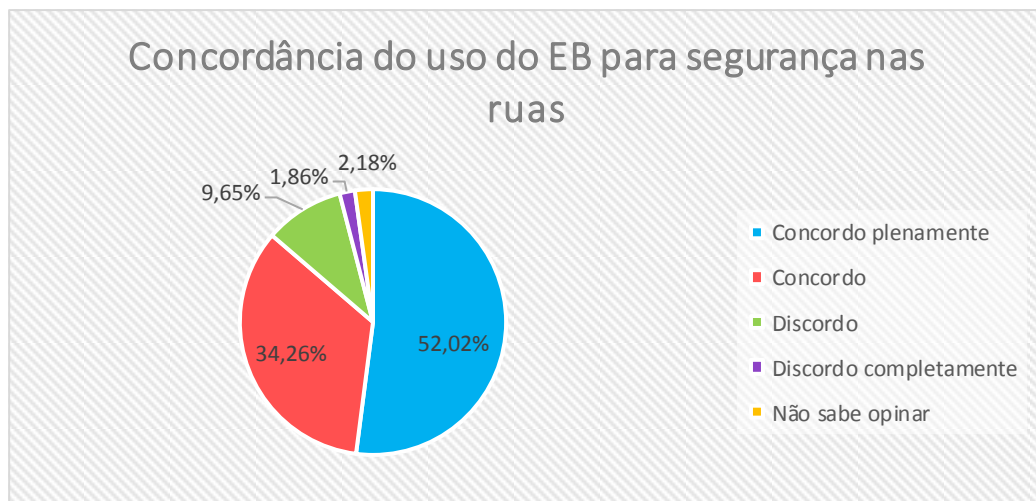


GRÁFICO 4 – Concordância do emprego do EB em NATAL/RN

FONTE: Exército (2017)

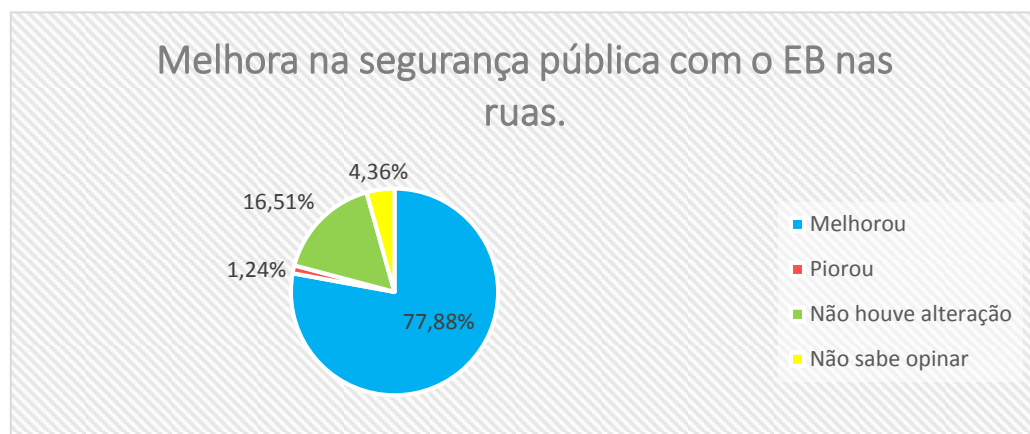


GRÁFICO 5 – Percepção sobre a melhora na segurança pública com o emprego do EB em NATAL/RN

FONTE: Exército (2017)

6.2.3 Inteligência, Guerra Eletrônica e Defesa Cibernética

As CRI (Intlg, GE e D Ciber) foram reunidas na Central de Inteligência do Centro de Coordenação de Operações (CCOp) da 7ª Bda Inf Mtz, para potencializar a produção de conhecimentos, o acompanhamento de fontes abertas, de redes sociais e do espectro eletromagnético, ficando em condições de realizar ações específicas em suas áreas de atuação.

Assim como na Operação Potiguar 1, a Seção de Inteligência da 7ª Bda Inf Mtz também foi reforçada por uma Central de Inteligência, constituída por militares do CIE, de Brasília/DF, além dos componentes da própria 7ª Bda Inf Mtz, que realizaram todo o processamento e análise dos dados de inteligência, suporte de CI e o estabelecimento de um C Com para atender o fluxo de documentos de inteligência.

Integrantes do Sistema de Inteligência do Comando Geral da PMRN, do CPM e CPI, bem como, integrantes da Inteligência da Polícia Civil do RN e PRF participaram da AI da 7ª Brigada Inf Mtz.

Os conhecimentos de inteligência produzidos pela atuação das CRI Intlg, GE e D Ciber permitiram o acompanhamento das ações das ORCRIM e da evolução do reestabelecimento da situação de normalidade.

Os gráficos a seguir produzidos pela AI apresentam indicativos utilizados para o acompanhamento dos resultados da Operação, no período de 20 Jan 17 a 4 Fev 17.

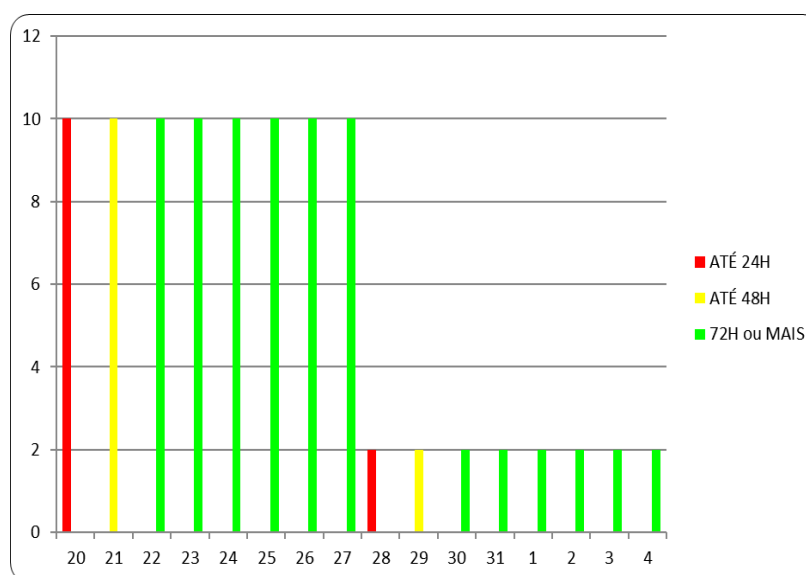


GRÁFICO 6 – Anulação das Ações das ORCRIM (Tempo desde Últimos Ataques)

FONTE: Exército (2017)

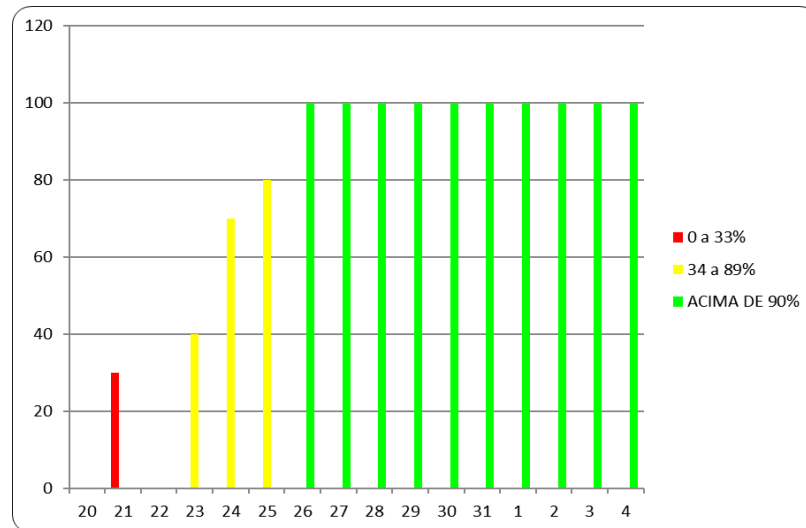


GRÁFICO 7 – Circulação dos Meios de Transporte (Frota)

FONTE: Exército (2017)

6.2.4 Pontos fortes relacionados às Operações de Informação

Dentre os pontos fortes citados no Relatório de da Operação, destacam-se:

- Ativação completa do Estado-Maior do nível tático, permitindo a ligação de cada seção com sua contraparte no CCOp/CMNE, visando a maior integração das atividades das CRI, em especial da Op Psc.

- Pronto atendimento pelo Comando de Operações Terrestre (COTER) da solicitação das CRI não existentes na 7ª Bda Inf Mtz. O envio quase imediato das equipes especializadas foi de vital importância para a execução das tarefas de Op Info.

- Entendimento da importância das Op Info no âmbito da Operação de Garantia da Lei e da Ordem por parte do Cmdo 7ª Bda Inf Mtz.

- Inserção de ideias-força sugeridas pelo Centro de Comunicação Social do Exército, visando se ajustar à campanha institucional do Exército Brasileiro.

- Realização do “VIP Day”, atividade de reunião de integrantes da mídia (TV, Rádio, Internet) e outros convidados com o intuito de aproximá-los dos integrantes das Forças Armadas para que conheçam o profissionalismo do trabalho realizado pela FT GUARARAPES.

6.2.5 Oportunidades de Inovação e Melhoria relacionadas às Operações de Informação

Dentre as sugestões e oportunidades de melhoria citados no Relatório de da Operação, destacam-se:

- Necessidade da adequação dos efetivos para o emprego de cada uma das CRI de acordo com a natureza da missão. No caso das Op Psc, para uma missão como esta, é necessário que seja acionado 1(um) O Lig e 1(um) Destacamento de Operações Psicológicas com meios de produção e disseminação, tendo em vista a inexistência de meios de Op Psc na área. Já no caso da Cibernética o apoio foi concentrado em atividades de inteligência de fonte humanas.

- A realização de uma videoconferência entre o Oficial de Operações de Informação da operação e os responsáveis pelas CRI, durante a fase de planejamento, seria suficiente para uma melhor adequação dos meios e apoios empregados.

- Necessidade de um local reservado para as CRI, de modo que não utilizem as mesmas instalações do cotidiano da Seção de Inteligência, a fim de não comprometer as atividades correntes e desconexas com a Operação.

- Necessidade de manter constantemente licitação aprovada para execução de serviços gráficos, de modo a ter rapidez na execução dos produtos de Op Psc.

6.2.6 Percepção dos oficiais envolvidos com alguma das CRI durante a Operação Potiguar 2

A análise das respostas do questionário enviado aos evidenciou que 80% considerou que a CRI em que participou contribuiu para o cumprimento da missão atribuída à Força Terrestre na Operação Potiguar 1 de maneira elevada e dois oficiais consideraram que a CRI em que participaram contribuiu de maneira suficiente.

Além disso, 90% concordaram plenamente que as Operações de Informação contribuíram para o cumprimento da missão atribuída à Força Terrestre e apenas um oficial concordou parcialmente com a citada assertiva.

80% dos oficiais concordaram que durante a Operação Potiguar 2, os meios (pessoal e material) para o planejamento e execução das Operações de Informação

foram adequados e dois oficiais consideraram que não foram adequados,

De acordo com a opinião do Coronel Rony Prudente Cavalcante, Chefe do Estado-Maior nas Operações Potiguar 1 e Potiguar 2, a grande diferença entre as duas operações foi que na Potiguar 2 existiam especialistas mobiliando as dez seções do Estado-Maior durante toda a operação, o que não ocorreu na Potiguar 1, que limitou o planejamento e a execução de determinadas tarefas.

Na opinião dos oficiais, fruto da formação e do aperfeiçoamento nas Escolas do EB, a capacidade dos militares da Força Terrestre para planejar e executar atividades e tarefas de Operações de Informação durante operações de GLO foi considerada elevada por 25%, suficiente por 33,3% e insuficiente por 41,7%.

6.3 Conclusão Parcial

De acordo com o exposto, conclui-se parcialmente que as CRI favoreceram de forma significativa as Op GLO Potiguar 1 e Potiguar 2. Nas citadas operações, as CRI foram empregadas em prol do cumprimento da missão atribuída à Força Terrestre, contribuindo para informar a população e com dados relevantes para o processo decisório. Entretanto, é importante destacar que não foi confeccionado um plano específico para integrar as CRI durante as Op GLO Potiguar 1 e Potiguar 2, no qual constaria os efeitos a serem atingidos na Dimensão Informacional em apoio à operação, tal como prescrito na metodologia de planejamento das operações de informação. Além disso, pontos fortes e oportunidades de melhoria foram identificados em ambas as operações e merecem ser considerados nos planejamentos de operações futuras. A capacidade dos militares para planejar e executar atividades e tarefas de Operações de Informação durante operações de GLO é um aspecto que pode ser incrementado nas Escolas do EB.

7 CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÕES

Esta pesquisa teve como objetivo principal verificar como as capacidades relacionadas às informações empregadas nas Op GLO Potiguar 1 e Potiguar 2, nos anos de 2016 e 2017, na Região Metropolitana de Natal, contribuíram para o cumprimento da missão atribuída à Força Terrestre.

Para que o referido objetivo fosse atingido, o trabalho foi dividido em partes que tiveram a finalidade de conduzir o leitor para a resposta ao problema da pesquisa: “Em que medida as Op Info desenvolvidas nas Op GLO Potiguar 1 e Potiguar 2 contribuíram para o cumprimento da missão atribuída à Força Terrestre?”

O capítulo 3 apresentou o conceito operativo adotado no Exército Brasileiro de Operações no Amplo Espectro, que interpreta a atuação dos elementos da F Ter para obter e manter resultados decisivos nas operações, mediante a combinação de operações ofensivas, defensivas e de cooperação e coordenação com agências. Nesse capítulo, foi explicado o enquadramento das Op GLO como uma operação de cooperação e coordenação com agências, que se destina a proteger a sociedade, dentro de um contexto de Proteção Integrada. Ainda nesse capítulo, foram descritos aspectos fundamentais sobre as Op GLO.

No capítulo seguinte, o trabalho abordou as Operações de Informação, que consistem na atuação metodologicamente integrada de capacidades relacionadas à informação, tais como a inteligência, a comunicação social, as operações psicológicas, a guerra eletrônica e a guerra cibernética, que em conjunto com outros vetores, são empregados para informar e influenciar grupos e indivíduos, afetar o ciclo decisório de oponentes, ao mesmo tempo protegendo o nosso e para evitar, impedir ou neutralizar os efeitos das ações adversas na Dimensão Informacional. Em consequência, foi possível verificar a importância das Operações de Informação quando empregadas em prol das operações realizadas pelo Exército Brasileiro.

No capítulo 5 discorreu-se sobre os principais aspectos das Operações Potiguar 1 e 2, destacando-se a missão atribuída à Força Terrestre, o efetivo militar empregado, as tarefas executadas, o estado final desejado e o ambiente operacional ao final das operações, sendo possível verificar a complexidade dessas operações.

O 6º capítulo discorreu sobre as CRI nas Op GLO Potiguar 1 e 2, tendo sido apresentados dados referentes aos efetivos e meios empregados, planejamentos realizados, produtos, pontos fortes e oportunidades de melhoria, tendo sido possível

concluir que as CRI favoreceram de forma expressiva o cumprimento da missão atribuída ao Exército Brasileiro.

Ainda nesse capítulo, de acordo com a percepção dos oficiais envolvidos nos planejamentos ou no emprego das CRI durante as Operações Potiguar 1 e Potiguar 2, confirmou-se que as Operações de Informação contribuíram para o cumprimento da missão atribuída à Força Terrestre de maneira elevada.

De acordo com o acima exposto, pela análise das fontes documentais utilizadas e com base nas respostas registradas no questionário utilizado para o levantamento de dados, pode-se afirmar que as CRI empregadas nas Op GLO Potiguar 1 e Potiguar 2 contribuíram significativamente para o êxito da missão, apesar de terem sido identificadas oportunidades de melhoria no que se refere ao planejamento e integração das mesmas.

Recomenda-se a necessidade do permanente estudo e aperfeiçoamento do planejamento e do emprego das Operações de Informação, particularmente pelo Comando de Operações Terrestres e pelas Escolas Militares, levando-se em consideração as oportunidades de melhorias apresentadas neste trabalho.

Recomenda-se, ainda, o estudo para desenvolver a competência de planejar e executar atividades e tarefas de Operações de Informação, durante a realização dos cursos da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais e Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, visando a facilitar as operações futuras a serem realizadas pelo Exército Brasileiro.

Por fim, pode-se concluir que as CRI desenvolvidas nas Op GLO Potiguar 1 e 2 facilitaram sobremaneira o cumprimento das missões impostas ao EB, sendo portanto fundamental para o sucesso dessas operações e para o reestabelecimento da situação de normalidade na Região Metropolitana de Natal, ao término das operações.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. 18. ed. Rio de Janeiro: Saraiva, 1998.

_____. **Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1997**. Dispõe sobre as normas gerais para a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas. Brasília, 9 de junho de 1999. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 02 Fev 18.

_____. **Decreto nº 3.897, de 24 de agosto de 2001**. Fixa as diretrizes para o emprego das Forças Armadas na garantia da lei e da ordem, e dá outras providências. Brasília, 24 de agosto de 2001. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2001/d3897.htm>. Acesso em: 2 Fev 18.

_____. Exército. Secretaria Geral do Exército. **Plano Estratégico do Exército 2016-2019**. Brasília/DF, publicado no Boletim Especial do Exército Nº 28/2014, de 22 de dezembro de 2014. Disponível no site <http://www.sgex.eb.mil>. Acessado em 09 de março de 2018.

_____. Ministério da Defesa. **Glossário das Forças Armadas** – MD35-G-01, 4ª Edição, aprovado pela Portaria Normativa Nº 196/EMD/MD, de 22 de fevereiro de 2007.

_____. Ministério da Defesa. **Manual de Garantia da Lei e da Ordem** – MD33 – M-10, 2ª Edição, aprovado pela Portaria Normativa Nº 186/MD, de 31 de janeiro de 2014.

_____. Manual de Fundamentos EB20-MF-10.102 – **Doutrina Militar Terrestre**. Brasília-DF, 1ª Edição, 2014, aprovado pela Portaria Nº 003-EME, de 02 de janeiro de 2014.

_____. Manual de Campanha C 20-1 - **Glossário de Termos e Expressões para uso no Exército**. Brasília-DF, 3ª Edição, 2003, aprovado pela Portaria Nº 121-EME, de 19 de dezembro de 2003.

_____. Manual de Campanha EB20-MF-10.103 **Operações**. Brasília-DF, 4ª Edição, 2014, aprovado pela Portaria Nº 004-EME, de 9 de janeiro de 2014a.

_____. Manual de Campanha EB20-MC-10.213 **Operações de Informações**. Brasília-DF, 1ª Edição, 2014, aprovado pela Portaria Nº 008-EME, de 24 de janeiro de 2014.

_____. Nota de Coordenação Doutrinária Nº 02/2015. **Metodologia para o Planejamento das Operações de Informações**. – 3ª SCh EME, 10 AGO 15.

_____. Exército. 7ª Brigada de Infantaria Motorizada. **Relatório da Operação Potiguar 1 Natal, RN, 2016**.

_____. Exército. 7ª Brigada de Infantaria Motorizada. **Ordem de Operações da Operação Potiguar 1** Natal, RN, 2016.

_____. Exército. 7ª Brigada de Infantaria Motorizada. **Relatório de Comunicação Social da Operação Potiguar 1** Natal, RN, 2016.

_____. Exército. 7ª Brigada de Infantaria Motorizada. **Relatório da Operação Potiguar 2** Natal, RN, 2017.

_____. Exército. 7ª Brigada de Infantaria Motorizada. **Ordem de Operações da Operação Potiguar 2** Natal, RN, 2017.

_____. Exército. 7ª Brigada de Infantaria Motorizada. **Relatório de Comunicação Social da Operação Potiguar 2** Natal, RN, 2017.

_____. Exército. 7ª Brigada de Infantaria Motorizada. **Relatórios de Operações de Apoio à Informação da Operação Potiguar 2** Natal, RN, 2017.

_____. Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República. **Diretriz Ministerial Nr 16**. 1º de agosto de 2016.

_____. Presidência da República. **Decreto Presidencial autoriza o emprego das Forças Armadas para a Garantia da Lei e da Ordem na Região Metropolitana do Município de Natal, Estado do Rio Grande do Norte**. 19 de janeiro de 2017.

_____. Exército Brasileiro. Departamento de Pesquisa e Pós-graduação. ME 21-259: **Elaboração de Projetos de Pesquisa na ECEME**. Rio de Janeiro: ECEME, 2012b.

MINISTÉRIO DA DEFESA. **Garantia da Lei e da Ordem**. Publicado no site do Ministério da Defesa. Disponível em <http://www.defesa.gov.br/exercicios-e-operacoes/garantia-da-lei-e-da-ordem>. Acesso em: 02 Fev 18.

LINHARES, Marcello Vinicius Mota. **Operação Potiguar 2**. Publicado no EBLOG (BLOG DO EXÉRCITO BRASILEIRO) em 15 de maio de 2017. Disponível em <http://eblog.eb.mil.br/index.php/operacao-potiguar-ii>. Acessado em 6 de janeiro de 2017.

NEVES, Eduardo Borba; DOMINGUES, Clayton Amaral. **Manual de Metodologia da Pesquisa Científica**. Rio de Janeiro/RJ. Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais. 2007.

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO

O ambiente operacional contemporâneo tornou-se mais complexo, uma vez que as operações militares têm sido desenvolvidas, cada vez mais, em áreas humanizadas ou no seu entorno. A presença da população e de uma miríade de outros atores dificultam a identificação dos contendores e aumenta a possibilidade de danos colaterais decorrentes das ações militares.

No ambiente operacional contemporâneo é **fundamental reconhecer a influência da informação sobre o comportamento do conjunto de atores que participam da dinâmica dos conflitos**: a mídia, os civis não combatentes, os grupos e organizações presentes em áreas conflagradas, o público de massa e os dirigentes e líderes em todos os níveis.

Além disso, a obtenção, produção e difusão de informações relevantes, seletivas, oportunas e confiáveis têm relação direta com a qualidade e efetividade do processo decisório e com os meios e formas de lidar com a prevenção de ameaças, o gerenciamento de crises ou a solução de conflitos por parte dos instrumentos (diplomático, informacional, militar e econômico) do Poder Nacional.

No contexto da Dimensão Informacional do ambiente operacional, **as Operações de Informação (Op Info) consistem na atuação, metodologicamente integrada, de capacidades relacionadas à informação**, em conjunto com outros vetores, **para informar e influenciar grupos e indivíduos, bem como afetar o ciclo decisório de oponentes, ao mesmo tempo protegendo o nosso**. Além disso, visam a evitar, impedir ou neutralizar os efeitos das ações adversárias na Dimensão Informacional.

Na atual doutrina do Exército Brasileiro (EB), **as principais capacidades relacionadas à informação são: comunicação social, inteligência, operações psicológicas, guerra eletrônica e guerra cibernética**.

Com o incremento do emprego do EB em Operações de Garantia da Lei e da Ordem (Op GLO) nos últimos anos e em face da influência da informação no ambiente operacional contemporâneo, faz-se necessário o estudo da aplicação prática das Op Info no contexto das Op GLO.

Nos anos de 2016 e 2017, em virtude da crise no Sistema de Segurança Pública no estado do Rio Grande do Norte (RN), ocorreram **as Op GLO Potiguar 1 e Potiguar 2**, na Região Metropolitana de Natal, respectivamente, que contaram

com a participação do Exército Brasileiro, da Marinha do Brasil, da Força Aérea, de Órgãos de Segurança Pública do Estado do Rio Grande do Norte, dentre outros.

De maneira geral, a **missão atribuída ao Exército Brasileiro** nas citadas operações foi o restabelecimento da ordem pública, bem como a incolumidade das pessoas e do patrimônio na Região Metropolitana de Natal/RN, produzindo um ambiente seguro e estável, no período das operações.

O presente questionário se propõe a **levantar dados que serão relacionados às possíveis contribuições das Operações de Informação durante a execução das missões impostas à Força Terrestre nas Operação de GLO POTIGUAR 1 e POTIGUAR 2**, as quais serão utilizadas em meu Trabalho de Conclusão de Curso da ECEME, cujo título é “As Operações de Informação nas Operações de Garantia da Lei e da Ordem Potiguar 1 e Potiguar 2”.

Nesse contexto, solicito a Vossa Excelência/Vossa Senhoria a possibilidade de preencher os dados abaixo:

1.O Senhor participou de qual das citadas Op GLO?

- POTIGUAR 1
- POTIGUAR 2
- POTIGUAR 1 e POTIGUAR 2

2.O Senhor participou do planejamento ou da execução de quais das capacidades relacionadas à informação (CRI) abaixo?

- Comunicação Social
- Inteligência
- Operações Psicológicas
- Guerra Eletrônica
- Guerra Cibernética

3.O Senhor considera que a(s) CRI(s) em que participou contribuiu(íram) para o cumprimento da missão atribuída à Força Terrestre na **Operação Potiguar 1** de maneira:

- Elevada
- Suficiente
- Insuficiente
- Não tem conhecimento sobre o assunto

4.O Senhor considera que a(s) CRI(s) em que participou contribuiu(íram) para o cumprimento da missão atribuída à Força Terrestre na **Operação Potiguar 2** de maneira:

- Elevada
- Suficiente
- Insuficiente
- Não tem conhecimento sobre o assunto

5.O Senhor considera que durante a **Operação Potiguar 1**, as Operações de Informação contribuíram para o cumprimento da missão atribuída à Força Terrestre:

- Concordo plenamente
- Concordo parcialmente
- Discordo parcialmente
- Discordo
- Não tem conhecimento sobre o assunto

6.O Senhor considera que durante a **Operação Potiguar 2**, as Operações de Informação contribuíram para o cumprimento da missão atribuída à Força Terrestre:

- Concordo plenamente
- Concordo parcialmente
- Discordo parcialmente
- Discordo
- Não tem conhecimento sobre o assunto

7.O Senhor considera que durante a **Operação Potiguar 1**, os meios (pessoal e material) para o planejamento e execução das Operações de Informação foram adequados:

- Concordo plenamente
- Concordo parcialmente
- Discordo parcialmente
- Discordo
- Não tem conhecimento sobre o assunto

8.O Senhor considera que durante a **Operação Potiguar 2**, os meios (pessoal e material) para o planejamento e execução das Operações de Informação foram adequados:

- Concordo plenamente
- Concordo parcialmente
- Discordo parcialmente
- Discordo
- Não tem conhecimento sobre o assunto

